

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS ARARAQUARA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Pobreza e desigualdade da distribuição de renda no Brasil no período de 1990 a 2006

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara UNESP, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes.

Examinador: Prof. Dr. Fausto Saretta.

Autora: Karin Susi Branco

ARARAQUARA

2010

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a evolução da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda no Brasil no período de 1990 a 2006. Para isso apresenta um resumo histórico dos debates sobre as causas das desigualdades de rendimentos do país, os fatores responsáveis pelas diferenças salariais e um panorama dos investimentos públicos realizados para transferir renda à população mais pobre. Ao final expõe a situação da pobreza e da distribuição de renda no país através de dados obtidos pelas PNADs e pelo IBGE, considerando a influência das políticas sociais do Governo Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Distribuição de renda, pobreza, desigualdade de rendimentos.

SUMÁRIO

Introdução.....	4
1. A Desigualdade no Brasil: Contexto Histórico.....	6
1.1. Evolução da Desigualdade de Renda do Brasil.....	6
1.2. Distribuição de Renda nos Anos 60 e 70.....	9
1.3. Desigualdade nos Anos 80 e Início dos Anos 90.....	16
2. Os Determinantes da Desigualdade no Brasil e as Políticas Sociais.....	22
2.1. Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil.....	22
2.2. As Políticas Súcias do Governo Federal.....	25
3. Análise da Situação Atual da Distribuição de Renda e da Pobreza no Brasil.....	45
3.1. Características das Famílias de Acordo com a Renda.....	45
3.2. Redução da Desigualdade, da Pobreza e a Contribuição dos Programas de Transferência de renda.....	50
Conclusão.....	69
Bibliografia.....	71

INTRODUÇÃO

Os países da América Latina se destacam pelo elevado grau de desigualdade na distribuição de renda em comparação com outros países do resto do mundo. O coeficiente de Gini¹ que mede a distribuição de renda na América Latina e em outras regiões do mundo comprovou que na América Latina as taxas são mais altas do que no resto do mundo. A desigualdade aumenta a pobreza e tem suas consequências estendidas à redução do impacto do crescimento econômico na diminuição da pobreza, à dificuldade de crescimento econômico do país e ao aumento do risco de ocorrerem conflitos sociais.

O Brasil está entre os 20% dos países mais ricos do mundo, ou seja, 80% dos países do resto do mundo apresentam renda per capita inferior. A má distribuição de recursos é a principal explicação para a grande quantidade de pobres no país,

(...) o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. (Barros, Henriques e Mendonça, 2000: 1).

Por isso neste estudo a desigualdade de distribuição de renda no país será analisada considerando de diferentes pontos que de alguma forma a influenciam.

O capítulo 1, *Evolução da desigualdade de renda no Brasil*, apresenta o histórico da distribuição de renda no país, partindo da concentração de terras no período colonial como característica de uma economia baseada na empresa agrícola, passa pela década de 30 com a produção e exportação do café e a industrialização e substituição de importações nos anos 50. O foco maior é a partir dos anos 60 quando as medidas de distribuição de renda começam a ficar mais definidas, na década de 70 surgem os debates mais sólidos a respeito das desigualdades e a partir deles as teorias sobre as causas e possíveis soluções. Nos anos 80 com a instabilidade econômica esse debate é deixado de lado, sendo retomado com força nos anos 90.

O capítulo 2, *Os determinantes da desigualdade no Brasil e as políticas sociais*, expõe os principais fatores causadores da desigualdade de rendimento dos trabalhadores indicados por autores importantes no debate da década de 90. Também descreve os principais programas de transferência de renda e auxílios às famílias de baixa renda,

¹ Varia entre 0 e 1, sendo 0 desigualdade nula e 1 desigualdade máxima.

assim como os gastos do Governo Federal com estes programas e o seu alcance com relação à população-alvo.

O capítulo 3, *Análise da situação atual da distribuição de renda e da pobreza no Brasil*, apresenta uma análise através dos dados da PNAD e do IBGE a respeito da diminuição da desigualdade e da pobreza que se consolidou nos últimos anos no país, expõe a situação da população através dos décimos de renda e a parcela dos diferentes tipos de renda auferidos pela população na renda nacional. Também procura mostrar as principais causas desta redução, assim como o importante papel das transferências de renda do Governo Federal para este resultado.

Sendo o Brasil um dos países da América Latina com maior desigualdade, torna-se de grande importância entender as causas da iniquidade distributiva bem como sua influência sobre a proporção de pobres no país. A partir do entendimento dessas especificidades é possível propor medidas mais eficientes de combate à pobreza e políticas públicas de curto e longo prazo, capazes de alterar a base estrutural do país. A expectativa é que se consiga melhorar a qualidade dos serviços públicos e sua cobertura nacional a fim de assegurar as mesmas oportunidades para toda a população.

CAPÍTULO 1 – A DESIGUALDADE NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO

1.1 - Evolução da desigualdade de renda no Brasil

A concentração de riqueza e renda no Brasil tem início no período colonial. Segundo CACCIAMALI (2002), neste período a posse de terras era a base do poder econômico, tendo o país sido criado no contexto de expansão do capitalismo comercial na Europa e a ele rearticulado através da empresa agrícola.

FURTADO (1972) captou com maestria a dinâmica econômica colonial que produziu a desigualdade no Brasil. Para ele, dois pólos foram importantes na formação do país, a empresa agro-mercantil do século XVI e a empresa mineira do século XVIII, que se utilizou da acumulação de recursos da primeira.

A importância da empresa agro-mercantil no Brasil está em que ela marcará decisivamente a estrutura da economia e da sociedade que se formarão no país. (FURTADO, 1972:94).

A pecuária era uma atividade secundária e absorvia a mão de obra e a capacidade empresarial em momentos de crise da atividade econômica principal. Os pequenos produtores agrícolas que utilizavam propriedades ainda não ocupadas pela empresa agro-mercantil também formavam a economia de subsistência do país e foram de grande importância para a formação da sociedade brasileira, pois supriam as necessidades regionais de alimentos e movimentavam o comércio local, mesmo com pouca intensidade.

A pecuária se incorporava ao comércio local no uso em lavouras e atividades artesanais, o comércio com o exterior se dava apenas pela venda de couro. Assim, as atividades de comércio se limitavam ao mínimo, ao contrário da empresa agrícola que atingia dimensões muito maiores, possibilitando a concentração de renda, riqueza e poder.

Assim, se nas zonas pecuárias o estilo de vida do trabalhador ou <<morador>> se assemelha ao das economias de subsistência, não se pode dizer o mesmo da forma de viver do proprietário das terras, o qual se apropria da reduzida renda monetizada e mantém-se em contato com o exterior. (FURTADO, 1972:97).

No início da ocupação do território brasileiro as terras eram bens de grande valor, pois para a instalação da empresa agrícola era necessário um considerável volume financeiro. Desse modo, a concessão de terras se dava para aqueles que possuíam recursos para a instalação de tal empreendimento.

Dessa forma, a classe dirigente é, desde o início, formada por homens economicamente poderosos. (FURTADO, 1972:97)

Os donos dos empreendimentos agrícolas possuíam quantias consideráveis para equipamentos importados e mão de obra escrava.

A população que não era escrava se dedicava as atividades agrícolas, na produção de excedentes para os engenhos, mas não chegavam a ser proprietários das terras porque estas já se encontravam nas mãos dos “membros da classe dirigente” que as utilizava para a “grande lavoura de exportação” e posteriormente para a pecuária. O pequeno plantador tornava-se morador, abria e cultivava as terras para seu uso, deixando a palha para o gado do proprietário. Os chamados sitiados eram empreiteiros de derrubadas para a empresa agro-mercantil ou simplesmente empregados da mesma.

Ou seja, as terras pertenciam a poucos proprietários voltados para a empresa agro-mercantil e isso impediu que se desenvolvessem atividades agrícolas independentes. Uma minoria proprietária de terra e poder conseguia submeter a população aos seus interesses.

No caso brasileiro, a propriedade da terra foi utilizada para formar e moldar um certo tipo de comunidade, que já nasce tutelada e a serviço dos objetivos da empresa agro-mercantil. (FURTADO, 1972:102)

A empresa agro-mercantil normalmente trazia consigo a mão de obra e utilizava alguns indígenas da região para complementá-la. Os pequenos plantadores que não desejavam se juntar a empresa agrícola eram forçados a se deslocar para terras mais distantes e sem atividade comercial, mas que futuramente seriam alcançadas pela ocupação.

No caso brasileiro, a acaparação das terras foi essencialmente utilizada para impedir a constituição de comunidades agrícolas e, muito excepcionalmente para desorganizá-las onde começavam a se formar-se. (FURTADO, 1972:100).

O pequeno plantador não era capaz de competir com a empresa agro-mercantil, as melhores terras sempre estavam sob controle de grandes proprietários, a

comercialização do produto exigia uma grande capacidade financeira e havia a concorrência direta com a mão de obra escrava.

A posse de terra era extremamente concentrada, sendo privilégio dos donos de consideráveis recursos financeiros, havia dificuldade para legalizar as propriedades pelos ocupantes e sua aquisição se dava também por meio da violência, refletindo o poder político que persistiu até a Segunda Grande Guerra: concentrado, autoritário e paternalista.

Na segunda metade do século XVII os preços do açúcar se reduziram à metade e teve início um processo de decadência da economia açucareira. Assim, a economia mineira apresentou potencial de crescimento, suas dimensões eram superiores, suas importações menores, a renda era menos concentrada e contava com uma população livre maior do que a existente na economia açucareira. Como suas atividades ocorriam longe do litoral, os produtos importados eram mais caros e por isso havia estímulo para o desenvolvimento de atividades no mercado interno.

Na década de 30 do século XIX, o café passa a ser o principal produto de exportação. A renda gerada pela economia cafeeira permitia remunerar os proprietários, os assalariados e o governo. Com a expansão da atividade cafeeira houve o aumento da massa de salários, pois os salários pagos ao setor exportador influenciaram a remuneração do mercado interno. A renda auferida pelos empresários era utilizada em investimentos na expansão da cafeicultura e no consumo, principalmente de produtos importados. O governo imperial não se mostrou preparado para atender as necessidades da população como educação, saúde, formação profissional entre outros.

No período de 1929 a 1933 a industrialização passou a ser o foco principal da economia brasileira, e o processo de substituição das importações foi estimulado. De 1930 a 1940, a ênfase foi na produção de bens de consumo não-duráveis.

A política do governo de Juscelino Kubitschek de centralizar o desenvolvimento em São Paulo contribuiu decisivamente para ampliar as desigualdades regionais existentes no Brasil, sobretudo entre o Sudeste e o Nordeste onde se localiza o Estado da Bahia. Na segunda metade dos anos 50 teve início a segunda fase da industrialização, desta vez com a produção de bens de consumo duráveis, sendo este o setor mais dinâmico da economia brasileira.

Como a indústria de bens de consumo é mais sofisticada, exige elevado volume de capital, tecnologia avançada, mão-de-obra especializada, produção em massa e maior capacidade gerencial. Assim:

(...) é a concentração espacial e pessoal da propriedade, da riqueza, do capital e da renda. Destina-se ao consumo da parte da população que tem poder aquisitivo relativamente alto, o que no Brasil corresponde apenas a uma escassa minoria. (BRUM, 1984: 55)

As ações do governo de Kubitschek deixaram conseqüências como desequilíbrios na agricultura, crescimento das desigualdades regionais e desequilíbrios na infraestrutura econômica social.

1.2 - Distribuição de renda nos anos 60 e 70

O desenvolvimento econômico brasileiro mais intenso no período do Pós-Guerra produziu reflexos em várias dimensões, inclusive sobre a Ciência Econômica, que, principalmente na segunda metade dos anos 60, se atualizou com relação às técnicas já amplamente utilizadas nos países desenvolvidos. Por isso, nos anos 60 estatísticas mais consistentes sobre a distribuição de renda no país são apresentadas. Verifica-se então, um elevado grau de desigualdade, principalmente devido a problemas estruturais e a falta de políticas distributivas contínuas por parte do governo após os anos 50, período em que o processo de industrialização começa a se desenvolver.

Entre 1960 e 1970, segundo os estudos de LANGONI (1973), através da divisão da distribuição em décimos, verifica-se que a renda real média aumentou significativamente em todos os décimos da distribuição, mas os décimos superiores foram os mais beneficiados.

Com exceção dos 10% mais ricos, houve queda da participação relativa na renda em todos os outros décimos, o que contribuiu para um aumento da desigualdade de renda. O índice de Gini aumentou de 0,497 nos anos 60 para 0,565 nos anos 70, como mostra a tabela 1.1.

TABELA 1.1**Distribuição do Rendimento da População Economicamente Ativa – Brasil – 1960-1999**

Percentis	1960	1970	1980	1985	1990	1995	1999
10% mais pobres	1,9	1,2	1,2	0,9	0,8	1,1	1,2
30% mais pobres	5,9	6,2	6,2	5,3	4,6	5,6	6,2
50% mais pobres	17,4	15,1	14,1	13,1	11,2	13	13,9
30% mais ricos	66,1	71,7	73,2	74,6	76,4	74,5	73,1
10% mais ricos	39,6	46,5	47,9	47,7	49,7	48,2	46,8
1% mais ricos	12,11	14,51	13,5	13,3	13,9	13,4	13,0
Índice de Gini	0,497	0,565	0,592	0,660	0,620	0,592	0,576

Fonte: Elaborada pela autora a partir da F.IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, diversos anos.

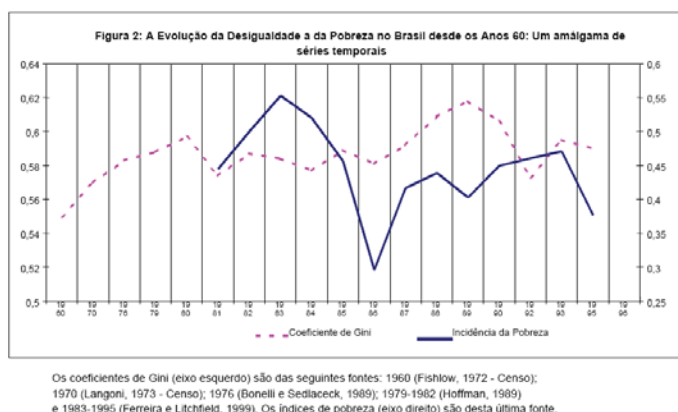
Fonte: CACCIAMALI (2002:13).

A política salarial adotada a partir de 1965 reajustou o salário mínimo e os pisos salariais das categorias profissionais abaixo da inflação, resultando em diferentes faixas salariais. Enquanto nos anos 1960 os 10% mais ricos da população detinham 39,6% da renda total, os 10% mais pobres participavam com 1,9%, nos anos 70 os 10% mais ricos aumentaram sua participação com 46,5% e os 10% mais pobres tiveram seu percentual reduzido para 1,2% da renda total. Ou seja, as camadas mais ricas se beneficiaram enquanto que as camadas mais pobres foram prejudicadas.

A mensuração da desigualdade se tornou mais precisa nos anos 60, quando os primeiros dados do Censo Demográfico Brasileiro foram divulgados. E através dos dados obtidos, vários autores puderam aprofundar suas pesquisas, sendo possível começar a traçar o perfil e a evolução da desigualdade e da pobreza no país, utilizando-se principalmente do coeficiente de Gini, como mostra o gráfico 1.1.

GRÁFICO 1.1

A Evolução da Desigualdade e da Pobreza no Brasil desde os Anos 60



Fonte: FERREIRA (2000:4).

Dos anos 60 para os anos 70 o coeficiente de Gini passou de 0,56 para 0,59. O crescimento econômico e a expansão do emprego possibilitaram ganhos reais para todas as camadas de renda, mas especialmente para os 10% mais ricos.

O coeficiente de Gini aumentou mais acentuadamente entre a população economicamente ativa do setor urbano, resultado da aceleração da modernização da agricultura ocorrida neste período, assim o número de assalariados no campo aumentou em relação aos trabalhadores não remunerados e mais trabalhadores ingressaram no trabalho rural na base da estrutura de rendimentos, contribuindo para um aumento na desigualdade.

Apesar das variações, o índice de Gini permaneceu praticamente inalterado na década de 70, e segundo estudos de HOFFMAN e KAGEYAMA (1985), é consequência de três principais motivos: maior número de membros da família que trabalham, tamanho médio das famílias de 4,8 para 4,4 membros e menor desigualdade no Sudeste. Estes fatores combinados com o quadro econômico, social e político do final da década levaram a interpretações mais otimistas em relação à distribuição de renda.

Tendo por pano de fundo um aprimoramento das estatísticas de distribuição de renda no Brasil, ela foi objeto de um grande debate na década de 70, após a constatação

de que a concentração de renda havia piorado na década de 60 e ficou conhecida como “Controvérsia de 70”.

GANDRA (2004) conseguiu reunir em seu trabalho, de forma simples e clara, as teses dos autores que mais contribuíram pra os debates da década de 70 a cerca da distribuição de rendimentos no Brasil. Formaram-se duas principais linhas de raciocínio, a primeira com pensadores como LANGONI, BRANCO e SENNA, que se baseava numa combinação dos modelos U-invertido de KUZNETS e a Teoria do Capital Humano. Basicamente estes autores defendiam a idéia de que o acelerado crescimento econômico de um país com renda per capita baixa e a mudança de uma estrutura econômica agrária para uma industrial teriam como conseqüência a contração de renda, destacando assim o mercado de trabalho.

Em estudo de 1973, LANGONI utilizou amostra das rendas individuais para chegar às causas do aumento da concentração de renda no Brasil. Seus estudos tentaram mostrar que esse aumento se deve ao rápido crescimento da economia desencadeado pelo processo de industrialização, sendo a concentração de renda explicada pelo “Efeito Kuznets” e o desenvolvimento tecnológico acompanhado pela falta de mão de obra qualificada.

A partir do trabalho de KUZNETS (1955), LANGONI levanta a hipótese de que o crescimento econômico e a distribuição de renda teriam uma relação em formato de U-invertido. Nas fases iniciais do desenvolvimento econômico quando há aceleração do crescimento a concentração de renda é maior, pois a população de baixa renda migraria de setores com baixa produtividade para regiões de maior produtividade, representando uma renda per capita baixa. E a partir do momento que a economia apresentasse setores de alta produtividade, a concentração de renda diminuiria e a renda per capita aumentaria.

Assim, quando a força de trabalho do setor primário caracteristicamente de baixa produtividade e renda menos concentrada migrasse para a região urbana em setores de alta produtividade, a concentração de renda aumentaria. Mas esse seria um processo transitório que seria amenizado na medida em que a renda média se elevasse e a taxa de crescimento de estabilizasse.

Segundo LANGONI o aumento da concentração de renda estava atrelado à relação entre a expansão tecnológica e conseqüente demanda por mão de obra

qualificada e a defasagem do sistema educacional, que não permitia o suprimento de tal demanda no curto prazo. Os setores modernos se mostram mais capazes de absorver as inovações tecnológicas, assim havendo uma relação entre qualificação e capital físico moderno, os diferenciais de rendimentos entre trabalhadores qualificados e não-qualificados serão maiores quanto maior for a concentração do crescimento nos setores modernos.

A mudança educacional de 1960 a 1970 foi significativa. A partir da existência de um descompasso entre a demanda de mão de obra qualificada originada pelo viés tecnológico e a oferta de pessoal qualificado, a remuneração deste tipo de mão de obra aumentaria e conseqüentemente sua participação relativa na distribuição pessoal de renda. Este desequilíbrio geraria maiores diferenciais de salário entre mão de obra qualificada e não qualificada.

Segundo estudos de GIBBON (1979), para evidenciar os fatores que determinam a variância das rendas entre 1960 e 1970, LANGONI estimou regressões com o logaritmo da renda como variável dependente, tendo seu comportamento explicado por um conjunto de variáveis dummy correspondentes à educação, idade, sexo, setor de atividade e região.

TABELA 1.2

Brasil: contribuição marginal e total de cada variável (em %) sobre a distribuição pessoal de renda – 1960 e 1970

Variável	1960		1970	
	Marginal	Total	Marginal	Total
Educação	9,98	30,79	15,43	41,01
Região	7,57	23,36	4,86	12,92
Idade	6,05	18,67	7,74	20,57
Sexo	4,85	14,96	4,99	13,26
Atividade	3,96	12,22	4,61	12,25
Total	32,41	100	37,62	100

Fonte: Langoni (1973: 112)

A partir do trabalho de LANGONI verificou-se que a educação e a idade aumentaram sua importância na explicação da renda do trabalho, enquanto que região e sexo tiveram participação praticamente inalterada. A pesquisa de LANGONI mostra que a educação é uma variável explicativa mais importante para os setores secundário e

terciário (mais dinâmicos) do que para o setor primário, enquanto que as diferenças regionais de renda e a faixa etária são mais importantes do que a educação para explicar a desigualdade no setor primário.

GANDRA (2004) destaca outra linha de raciocínio defendida por pesquisadores como FISHLOW, HOFFMAN e DUARTE e BACHA e TAYLOR que se dedicavam a analisar os efeitos das políticas econômicas sobre a renda durante o período militar. Estes autores procuravam explicar o aumento da concentração pessoal de renda através da análise da distribuição funcional de renda e com modelos de segmentação do mercado de trabalho. Três autores representam os principais debates sobre a concentração de renda: FISHLOW, LANGONI e BACHA.

Com base nos dados dos Censos de 1960 e 1970 e através dos cálculos do índice de Theil, FISHLOW constatou que houve um aumento na concentração de renda, destacando que este se deu no período do governo de Castello Branco (1964-1967).

Apesar do acelerado crescimento econômico na década de 1960, Fishlow (1978: 159) foi um dos primeiros economistas a atentar para o fato de que o crescimento não era uma medida de desempenho econômico e social satisfatória, pois dever-se-ia levar em conta a maneira pela qual o aumento do PIB foi distribuído para população. (GANDRA, 2004:2)

Para FISHLOW a principal causa do aumento da desigualdade de renda provém dos efeitos que o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) tiveram sobre o salário mínimo real e o salário médio no período de 1964-1967. Neste período o salário mínimo real teve queda de 20%, devido às políticas aplicadas que restringiram os salários nominais e a utilização de uma inflação corretiva. Considerando que o crescimento da renda per capita de 1964-1970 foi de 22%, pode-se concluir que esse aumento foi distribuído entre as camadas com renda acima da média.

A inflação prevista não foi compatível com os reajustes salariais, e segundo FISHLOW esta foi a principal razão para a perda do poder de compra e para a redução da participação dos trabalhadores na renda total. A inflação prevista pelo governo era menor do que a inflação de fato, por isso os salários acabavam sendo corroídos, além disso, a produtividade não era repassada integralmente para os salários e prejudicava os trabalhadores, assim parte dos rendimentos ficava retida com as classes empresariais, que correspondia às classes com maior renda.

Assim, FISHLOW (1972) afirma que as mudanças nas rendas relativas são mais importantes do que as mudanças na escolaridade para explicar a desigualdade. A política econômica implementada pelo regime militar, através da intervenção no mercado de trabalho, possibilita que trabalhadores no topo da hierarquia ocupacional possam se apropriar de mais renda e a partir daí se derivam as diferenças salariais. A escolaridade apenas reflete a concentração dos níveis de educação do grupo.

BACHA e TAYLOR (1980) e BACHA (1976 e 1978b) focaram mais na distribuição funcional e na distribuição pessoal de renda e desenvolveram a hipótese de que o processo de substituição de importações fez aumentar a instalação de empresas de grande porte no Brasil e a hipótese de que houve crescimento da classe média.

Observou-se que havia uma hierarquia tanto no setor produtivo privado como no serviço governamental que influenciava na estrutura salarial média dos funcionários de gerência e executivos e entre os subordinados. BACHA pretendia mostrar que a remuneração dos funcionários de gerência estava atrelada aos lucros das empresas, enquanto que a remuneração dos subordinados era definida no mercado de trabalho neoclássico. Este fator seria responsável pela abertura do leque salarial e pela maior concentração de renda dos anos 60.

Os gerentes acabam assumindo posição de sócios das firmas em relação à convergência de idéias com os proprietários do capital, assim os salários dos burocratas estariam atrelados ao lucro da empresa e seriam independentes da remuneração dos subordinados. A remuneração dos gerentes depende mais da hierarquia na empresa do que suas qualificações, mesmo entendendo que este é um requisito para a ascensão dentro da firma.

O lucro (também chamado de taxa de exploração) dependia do poder de barganha tanto dos burocratas como dos trabalhadores, mas como o poder de barganha dos trabalhadores era restrito pela retaliação do governo aos movimentos sindicais, o lucro era direcionado apenas aos gerentes. Por isso é possível considerar que o governo também foi responsável pelo aumento da concentração de renda.

Segundo os estudos de BACHA, a remuneração dos gerentes de 1966 a 1972 cresceu 7,2%, enquanto que os salários dos trabalhadores semi-qualificados ou qualificados cresceu 2,9% e os trabalhadores não qualificados tiveram aumento de 1,3%.

De um modo geral, BACHA mostrou que os donos de capital e os funcionários de cargos mais elevados foram os que mais ganharam relativamente nos anos 60, mostrando que a posição na ocupação interfere na distribuição de renda.

1.3 - Desigualdade nos anos 80 e início dos anos 90

A década de 80 apresentou as maiores oscilações do nível de desigualdade. Segundo HOFFMAN (1995) o processo inflacionário contribuiu para elevar os indicadores de desigualdade principalmente através do desajuste entre os níveis salariais e o nível de preços. Os níveis apenas se aproximaram dos indicadores de 1977.

O período de 1980 a 1990 foi marcado por instabilidade econômica, mudanças institucionais, altas taxas de inflação e aumento do déficit público, o que também se refletiu no aumento da concentração de renda.

A crise da dívida externa e o processo de estagnação, na década de 80, fizeram com que as questões distributivas perdessem espaço na agenda dos pesquisadores brasileiros. Com a perda de espaço das questões distributivas, a “Controvérsia de 70” foi exaurida pelo cansaço e desinteresse. (GANDRA, 2004:15).

Inicialmente a crise é identificada como consequência do endividamento externo, mas também se fazia presente no desequilíbrio interno do país, neste caso originado pelas políticas econômicas da década anterior que priorizavam o crescimento econômico e a substituição das importações, realizados principalmente através do financiamento externo.

Com o choque do petróleo em 1979 e o aumento dos juros internacionais, os juros da dívida se elevaram, o fluxo de capital se dirigiu principalmente para os EUA e Europa e prejudicou os preços relativos das commodities, resultando no agravamento da crise externa. Entre os anos 1981 e 1983, o país adotou uma política recessiva, e através do aumento das exportações visava amenizar os efeitos do segundo choque do petróleo e da alta dos juros norte americanos através da geração de divisas. A partir de 1983, a economia brasileira retomou seu crescimento juntamente com o emprego e o salário, mesmo diante de uma instabilidade econômica, das altas de inflação e de um menor investimento do governo.

Os superávits eram obtidos pelo setor privado, enquanto que o pagamento da dívida ficava somente sob responsabilidade do setor público. Dessa forma, o setor

público emitia mais moeda ou aumentava a venda de títulos públicos para poder converter os saldos em dólares do setor privado em cruzeiros. Com as expectativas negativas quanto à capacidade do governo de cumprir seus compromissos, os agentes exigiam juros mais altos e maior liquidez dos títulos.

Todos esses fatores resultaram em um processo inflacionário e em grande dificuldade no financiamento da dívida pública interna, definindo claramente um quadro de instabilidade econômica.

A elevação das taxas de juros teve grande impacto sobre as taxas de inflação, influência direta sobre os custos financeiros que passaram a representar maior parcela do custo total das mercadorias e influência indireta sobre os custos fixos unitários por causa do efeito recessivo. Assim, a inflação cresce em 1983, recua em 1986 por causa dos efeitos do Plano Cruzado, mas volta a crescer nos últimos anos da década.

Com base em suas pesquisas, HOFMANN obteve dados sobre a distribuição de renda familiar de 1979 a 1990. É possível visualizar através dos dados da tabela uma estabilidade na desigualdade de renda entre 1979 e 1985, devido ao efeito recessivo da crise até 1984. Em 1986 a desigualdade regrediu como resultado do efeito positivo, mas de curta duração do Plano Cruzado, que reduziu a inflação e teve um impacto positivo sobre as pessoas com menos condições de proteger sua renda da indexação imperfeita, seguido por um considerável crescimento no período 1987-89.

TABELA 1.3

Distribuição das famílias de acordo com o rendimento familiar no Brasil de 1979 a 1990: rendimento familiar médio (M), índice de Gini (G), percentagem da renda correspondente aos 50% mais pobre (50*), aos 10% mais ricos (10+) e aos 5% mais ricos (5+), percentagem de pobres (H)

Ano	M*	G	50*	10+	5+	H****
1979**	4,69	0,588	12,6	46,1	32,8	0,208
1980	4,83	0,597	12,2	47,1	33,8	0,219
1981***	4,50	0,584	12,9	45,8	32,7	0,213
1982***	4,59	0,587	12,6	45,7	32,6	0,217
1983***	3,84	0,589	12,6	45,9	32,6	0,263
1984***	3,83	0,588	12,8	46,3	33,2	0,259
1985***	4,43	0,592	12,5	46,5	33,2	0,226
1986***	6,06	0,586	12,9	45,6	32,4	0,152
1987***	4,73	0,597	12,2	46,5	33,1	0,222
1988***	4,67	0,606	11,8	47,5	33,9	0,233
1989***	5,35	0,617	11,2	48,3	34,3	0,214
1990***	4,26	0,603	11,7	46,4	32,9	0,265

* Mês civil nos anos anteriores a 1986.

** Excluindo a área rural da Região VII (Norte e Centro-Oeste, excluído o Distrito Federal).

*** Excluindo a área rural da Região Norte.

**** Limite de 1 salário-mínimo de agosto de 1980.

Extraída de Hoffmann¹.

Fonte: FURTUOSO, OMETTO e SILVA (1995).

O índice de Gini, que representa a desigualdade de rendimento entre famílias, elevou-se de 0,597 em 1980 para 0,603 em 1990, e a parcela da renda correspondentes aos 50% mais pobres da população cai de 12,2% para 11,7%.

Verificam-se claramente os efeitos do desequilíbrio econômico sobre a distribuição de renda no país e a situação das classes sociais. A apropriação de renda dos 50% mais pobres declinou a cada ano, sendo mais evidente no resultado a respeito da quantidade de pobres no país, que em 1979 era de 0,208 e no final da década chegou a 0,265. Os 10% e os 5% mais ricos mantiveram sua situação na participação da renda, apenas com algumas oscilações e a renda média familiar não apresentou melhoras.

Assim, na década de 80 a inflação teve destaque, pois provocou o aumento real da desigualdade na medida em que restringiu a capacidade de classes cujos salários eram reajustados com atraso de se protegerem contra os efeitos da inflação e contribuiu para um aumento aparente vindo dos erros de declaração dos rendimentos, mais comuns em momentos de alta inflação.

Na década de 90 teve início o processo de abertura comercial da economia com a preocupação de controle da inflação, desindexação do controle de preços e a redução de

tarifas alfandegárias. Conseqüentemente a indústria passou por uma reestruturação produtiva, principalmente em áreas voltadas para a exportação.

A partir de 1993 a desigualdade no Brasil não apresentou elementos novos, o índice de Gini variou de 0,604 em 1993 para 0,56 em 1999. A tabela a seguir mostra a evolução real do PIB e da população ocupada. O PIB cresceu durante toda a década, assim como a população ocupada sem carteira assinada, evidenciando uma nova característica da sociedade, já que a população com carteira assinada apresentou uma variação negativa. Segundo CACCIAMALI verificou-se que houve maior ocupação dos trabalhadores em atividades com baixa produtividade e salários mais baixos, assim como o aumento de trabalhadores autônomos e sem carteira assinada.

TABELA 1.4

**Número – Índice de Evolução Real do PIB e da População Ocupada – Base –
1990=100**

ANOS	PIB	POC (PME/IBGE)	POCC (PME/IBGE)	POCS (PME/IBGE)	POC (PNAD/IBGE)	PIB/POC
1981	81,92	-	-	-	73,21	111,90
1982	82,57	75,52	76,85	87,17	77,17	106,99
1983	80,16	74,36	74,85	89,19	78,05	102,73
1984	84,48	79,17	76,10	96,30	80,85	104,48
1985	91,09	83,15	81,55	97,08	85,73	106,25
1986	97,92	88,02	89,29	96,30	89,27	109,69
1987	101,35	91,24	92,86	97,08	92,45	109,63
1988	101,25	94,16	95,44	99,61	94,57	107,06
1989	104,49	97,37	99,21	97,37	97,62	107,04
1990	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	100,99	102,24	84,52	98,44	ND	ND
1992	100,49	88,90	80,56	103,80	105,31	95,42
1993	105,41	90,07	80,36	108,47	107,20	98,33
1994	111,63	92,99	80,16	116,55	ND	ND
1995	116,32	94,74	80,56	121,52	112,12	103,75
1996	119,47	97,37	79,36	127,94	109,56	109,05
1997	123,41	97,47	78,97	128,04	111,64	110,54
1998	123,66	97,37	78,17	131,35	112,66	109,76
1999	124,64	94,94	75,99	136,32	115,42	107,99
2000	129,88	92,02	74,21	142,65	ND	ND
VARIÇÃO (%)						
1982-89	26,55	28,93	29,10	11,70	26,50	0,05
1985-89	14,71	17,10	21,66	0,30	13,87	0,74
1990-92	0,49	-11,10	-19,44	3,80	5,31	-4,58
1993-95	10,35	5,18	0,25	12,03	4,59	5,51
1995-98	6,31	2,78	-2,97	8,09	0,48	5,80
1998-99	0,79	-2,50	-2,79	3,78	2,45	-1,62

Fonte: Elaborada pela autora a partir da F. IBGE, PNAD, PME, Boletim Banco Central (diversos anos).
POC = População ocupada; POCC = População ocupada com carteira assinada; POCS = População ocupada sem carteira assinada.

Fonte: CACCIAMALI (2002: 20).

A desigualdade de renda aumentou neste período, e através da inflação e do sistema de indexação, mais renda foi transferida justamente para as camadas sociais mais altas. As restrições financeiras e políticas do Estado não possibilitaram o investimento em áreas fundamentais como educação, saúde e habitação.

Os debates sobre as causas da desigualdade no Brasil haviam sido deixados de lado nos anos 80 devido à maior preocupação do governo com os desequilíbrios econômicos e a crise externa, mas nos anos 90 alguns autores voltaram a questionar o desempenho do país diante dos problemas que impediam o país de se tornar mais igualitário.

Segundo GANDRA (2004), os debates dos anos 90 a cerca da desigualdade de renda giraram em torno do modelo formulado principalmente por RICARDO PAES DE BARROS com a ajuda de outros colaboradores. Este modelo é influenciado pela tese de LANGONI, que destaca a educação como fator essencial para a desigualdade de rendimentos, utilizando como base parte da Controvérsia de 70 no que diz respeito às variáveis ocupacionais. O modelo tem como foco a má gestão dos gastos públicos em educação, que juntamente com a imperfeição no mercado de capitais resultam na desigualdade educacional, contribuindo assim para a desigualdade pessoal de renda.

Os autores do período destacam três variáveis que teriam maior influência sobre a desigualdade de renda: inflação, salário mínimo e flutuação de demanda e desemprego.

GANDRA (2004) cita autores como NERI e CAMARGO (1999) e AMADEU e NERI (1997), segundo os quais a incapacidade dos agentes de proteger sua riqueza financeira da inflação resulta em imposto inflacionário. A população de baixa renda que possuía conta bancária não usufruía de sua indexação e liquidez, a medida tomada por esta faixa da população era a compra antecipada de produtos para consumo e matérias de construção, mas que não apresentavam eficácia.

Variações no salário mínimo, segundo os autores citados acima, têm impacto negativo sobre a distribuição de renda, haveria uma relação inversa entre salário mínimo e desigualdade de renda. Apesar de haver controvérsias a respeito da magnitude de seu impacto sobre a distribuição de renda, autores como AMADEU e NERI (1997) acreditam que a legislação a respeito do salário mínimo é mais eficiente no mercado assalariado informal do que no legal.

Segundo BARROS, CORSEUIL, MENDONÇA e REIS (2000), a taxa de desemprego tem grande influência sobre a desigualdade de renda. RAMOS (1991, 1993) foi um dos poucos autores a se aprofundar nas pesquisas a respeito do impacto das flutuações do nível de demanda agregada sobre o nível de emprego, além dos diferenciais salariais entre trabalhadores qualificados e não-qualificados.

Assim, nos anos 90 teve início uma série de estudos sobre os determinantes da desigualdade de rendimentos no país, com pesquisas detalhadas evidenciando a participação de cada fator na variação de renda. Aspectos como qualificação profissional, nível de escolaridade, sexo, cor e diferenças regionais são os fatores mais citados pelos autores. O capítulo 2 trará a análise destes autores bem como o papel das políticas sociais para o combate das desigualdades dos anos 1990 até 2006.

CAPÍTULO 2: OS DETERMINANTES DA DESIGUALDADE NO BRASIL E AS POLÍTICAS SOCIAIS

2.1 - Determinantes da desigualdade de renda no Brasil

Para RAMOS e MENDONÇA (2004) e CACCIAMALI e CAMILLO (2009), dentre os principais fatores que influenciam na variação da desigualdade no país estão: a desigualdade salarial, transferências de renda através de gastos governamentais, a heterogeneidade educacional e regional.

Diferenciais nos rendimentos dos trabalhadores são claramente notados nos dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) no Brasil, e três fatores se mostraram fundamentais para explicar as variações salariais:

- Segmentação no mercado de trabalho: os trabalhadores, mesmo com igual produtividade, são remunerados de forma distinta de acordo com o ramo de atividade, região, segmento formal ou informal.
- Discriminação: remuneração diferente para trabalhadores igualmente produtivos com base em fatores não produtivos como, por exemplo, cor e gênero.
- Heterogeneidade dos trabalhadores: de acordo com a experiência no mercado de trabalho e com a escolaridade dos trabalhadores.

Programas públicos de transferência de renda, com o objetivo de diminuir a desigualdade de renda do país, têm contribuído muito para a redução da desigualdade na distribuição de renda no país. O Programa Bolsa Família, por exemplo, contribuiu com 27% da queda da concentração de renda no período de 2001 a 2004, segundo dados da PNAD. Esse tipo de programa tem o direcionamento dos seus gastos determinados de acordo com a necessidade de cada região do país, assim regiões como o Nordeste, onde as desigualdades são mais evidentes, recebem maior parcela do benefício.

O terceiro e mais importante fator determinante é a desigualdade nos níveis de educação. O Brasil quando comparado com outros países em desenvolvimento tem heterogeneidade educacional elevada, fator que explica 39,5% da variação salarial. Essa relação direta entre educação e renda existe devido a duas razões:

- A desigualdade educacional da força de trabalho, no sentido de que aumentos nos rendimentos do trabalho são positivamente determinados por níveis de educação.

Isto porque um nível mais alto da escolaridade dos trabalhadores facilita a absorção de novas tecnologias, o que estimula o crescimento econômico.

- A taxa de retorno à educação no país é alta, ou seja, há aumento do salário resultante de cada ano adicional de estudo. Em média cada ano a mais de escolaridade no Brasil aumenta o salário em cerca de 15%, taxa maior que a dos Estados Unidos, por exemplo, que é de 10%.

A qualidade da educação recebida pela população tem grande influência sobre a permanência dos indivíduos na escola, pois aumenta o retorno futuro do investimento de um ano a mais de estudo. Se a qualidade do ensino for baixa, o diferencial de salário correspondente a um ano a mais de estudo tende a declinar. Quando não existem medidas de suplementação de renda o indivíduo é impedido de continuar estudando, assim seu nível de escolaridade depende da renda e da riqueza familiar.

CACCIAMALI e CAMILLO (2009) destacam ainda a grande desigualdade regional que o Brasil apresenta, por ser um país com grande extensão territorial e a partir disto analisam a distribuição de renda nas 6 macrorregiões brasileiras (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul) em dois períodos diferentes, de 2001 a 2004 e de 2004 a 2006.

Em 2004 o grau de concentração de renda era mais elevado nas regiões nordeste e centro-oeste, apresentando coeficientes de Gini de 0,59 e 0,58 respectivamente, podendo relacionar esses dados ao diferencial de qualificação da mão de obra e de rendimentos entre o mercado de trabalho urbano e rural.

No período de 2001 a 2004 as maiores quedas relativas no grau de desigualdade ocorreram nas regiões sul, norte e nordeste. Sudeste e sul apresentaram os menores coeficientes: 0,51 e 0,52 respectivamente, isto devido a fatores do mercado de trabalho destas regiões que são mais dinâmicos, tem maior organização institucional e melhores oportunidades de emprego, trabalho e renda.

As transferências públicas contribuíram com 25,71% para a queda da desigualdade de renda domiciliar. O nordeste foi a região que mais se beneficiou com a expansão de programas de transferências de renda como o Bolsa Família, e neste período recebeu cerca de metade de todos os recursos. Norte, centro-oeste e sudeste receberam as menores parcelas do benefício.

No período de 2004 a 2006 apenas a região norte apresentou melhora do coeficiente de Gini que passou de 0,54 para 0,53. Todas as outras regiões mantiveram os mesmo coeficientes, com nordeste e centro-oeste permanecendo com maior grau de desigualdade. A desigualdade nas transferências públicas se reduziu, sudeste e sul passaram a receber parcelas maiores.

HOFFMANN (2002) também cita a participação das pensões e aposentadorias na renda domiciliar, que equivaleria a 17,9% de toda a renda declarada dos domicílios em 2007, e juntamente com as transferências públicas representariam importantes instrumentos redistributivos de longo prazo.

RIBEIRO (2006) conclui que nas últimas décadas verificou-se uma diminuição do grau de desigualdade pouco relevante, apesar disso o bem estar social melhorou, implicando na diminuição da proporção de pobres no país (que representou em 2002 um terço da população). Esta melhora se relaciona exclusivamente ao crescimento econômico e poderia ser maior se ocorresse em meio a uma situação de equidade.

Segundo BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), o ideal seria formular políticas que estimulem o crescimento econômico e combatam a desigualdade. Os níveis de pobreza são mais sensíveis a alterações no grau de desigualdade do que a alterações no crescimento econômico. Mesmo assim o crescimento econômico apresenta-se como uma condição importante para o combate à pobreza, é apenas uma via mais lenta. Um crescimento de 3% a.a. na renda per capita reduz a pobreza em um ponto percentual a cada dois anos.

Para que o país consiga avançar no combate a heterogeneidade distributiva serão necessárias medidas diversas e complementares, com transferência de renda para os mais pobres no curto prazo e investimentos na capacitação dos jovens, para atingir a população mais pobre e com menos oportunidades. Nas palavras de Ramos e Mendonça (2004), “O problema brasileiro não reside na escassez de recursos no agregado, mas sim na iniquidade da repartição desses recursos”.

2.2 - As Políticas Sociais do Governo Federal²

É notável que o debate sobre as desigualdades sociais, a partir dos anos 90, vem ganhando mais espaço principalmente devido às profundas desigualdades verificadas no país e a questão da reforma do Estado, considerado ineficiente.

Para se discutir as políticas sociais é preciso levar em consideração a compatibilidade entre os objetivos propostos por cada política social da área social, a disponibilidade, a origem e a constância dos recursos para esta finalidade e sua eficiência em cumprir os objetivos estabelecidos e atingir o público-alvo estipulados. Se estes quesitos não são cumpridos, cabe a sociedade discutir os elementos necessários para obter uma democracia, ou seja, maior igualdade entre os membros da sociedade.

Mas para conseguir uma sociedade mais igualitária é preciso enfrentar a herança das políticas de proteção social no Brasil, que possui características como alto grau de concentração, definição de prioridades e diretrizes dadas pelo Governo Federal, grande dispêndio de recursos devido à quantidade de programas, serviços prestados conjuntamente pelas esferas federal, estadual e municipal, grande parte dos serviços sendo prestados pelo setor privado. Para COHN (1995:2)

(...) herda-se no presente um enorme aparato institucional voltado para ações na área social e que, tomado em seu conjunto, na prática acabam por reproduzir as desigualdades sociais ao invés de se traduzirem em políticas sociais compensatórias das desigualdades originadas no mercado.

Para COHN (1995) ao contrário do que se pensava nas décadas de 50 e 60 o desenvolvimento social não ocorre em conjunto com o desenvolvimento econômico, mas a tendência é de que o crescimento econômico resulte em menor capacidade para criação de empregos e postos de trabalho, assim como uma maior seletividade em relação à mão de obra já empregada e aos setores com competitividade internacional. A autora considera ainda que a política econômica tem uma forte dimensão social, na medida em que pode representar um aumento no poder aquisitivo da faixa social de baixa renda e criar oportunidades de geração de renda, assim como a política social implica em uma forte dimensão econômica através da criação de novos empregos e demanda para o setor produtivo.

² Todos os dados utilizados foram extraídos de estudos concluídos até 2003, sendo desconsideradas alterações referentes aos anos posteriores.

O desafio tem sido unir desenvolvimento e crescimento econômico com a democracia social. A dificuldade dos países da América Latina é de compatibilizar a integração da economia mundial com a integração social interna. O desenvolvimento desigual é resultado do livre mercado e as leis do mercado não são capazes de gerar a igualdade de oportunidade que estas supõem.

Os serviços e benefícios sociais começaram a ser privatizados após o esgotamento do Estado na década de 70, quando a industrialização se desenvolveu a base da substituição das importações, e o Estado foi tido como ineficaz principalmente na área social. O crescimento econômico privilegia a oferta produtiva e coloca as demandas sociais em posição menos importante e por isso há redução da oferta de serviços públicos. O Estado se limita a ações pontuais, gerando assim a necessidade de novas parcerias e formas de solidariedade social através da relação público – privado.

Tendo o Brasil um território grande, heterogêneo e com muitas desigualdades sociais, para enfrentar a pobreza são necessários programas e políticas sociais distintas para o alívio da pobreza e para a superação da pobreza. O alívio da pobreza exige medidas mais imediatas para grupos mais vulneráveis e se dá através de programas emergenciais. A superação da pobreza envolve políticas de médio e longo prazos para a construção de um desenvolvimento sustentável, assim se espera um crescimento econômico com equidade social, ou seja, políticas econômicas que também sejam políticas sociais. Assim:

(...) as ações públicas na área social passam a ter de buscar a articulação entre aquelas de curto prazo, de caráter mais imediatista, focalizadas naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universalizantes, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho. (COHN, 1995:6)

O perfil da intervenção do Estado, traçado por vários estudos:

(...) caracteriza-se pela descontinuidade dos programas e políticas sociais de cunho compensatório das desigualdades sociais, pela sua diversidade e superposição, pela instabilidade de suas fontes de receita, mas sobretudo pelo fato de, no geral, serem exatamente os menos pobres, dentre os pobres, aqueles que, proporcionalmente, mais se apropriam dos serviços e benefícios prestados, fazendo com que esse conjunto de ações acabe por reproduzir, quando não por vezes aprofundar, as desigualdades sociais. (COHN, 1995:7)

O Estado sempre priorizou a modernização através da dotação de infra-estrutura econômica e intervenção em setores estratégicos, enquanto que os setores da área social foram negligenciados. Não havia uma estratégia para o combate à pobreza, os gastos na área social não eram realizados de forma objetiva, muitos programas sociais foram criados na década de 70 e foram sendo reduzidos até a década de 90.

A comparação entre os programas para a população pobre e programas voltados para o trabalhador mostra que as maiores distorções entre os objetivos iniciais e os resultados após sua implementação aparecem nos programas focados na população mais carente. Estas distorções aparecem sob a forma de descontinuidades, falta de controle público e governamental e uso eleitoreiro.

As políticas e programas sociais no Brasil também sofreram muito por insuficiência e instabilidade de recursos disponíveis e por isso mesmo foram planejadas como políticas compensatórias das desigualdades geradas pelo mercado não tendo a efetividade necessária, e muitas vezes são reproduzindo as desigualdades que devem combater. Mas este é um cenário que vem sendo alterado pela criação de novos programas de assistência à população de baixa renda e com a descentralização dos recursos.

Segundo AFONSO (2003), durante muitos anos o governo federal resistiu à descentralização dos gastos e a uma revisão de financiamento das principais unidades federadas, afinal repassar recursos seria uma forma de perder poder político. Por outro lado os governos subnacionais buscavam mais recursos numa tentativa de maximizar seus resultados, mesmo tendo cada vez mais participação no montante tributário nacional.

Uma característica peculiar no Brasil é que primeiro descentralizou-se os gastos para depois estabilizar.

Mesmo sem um planejamento nacional de descentralização, a divisão das responsabilidades entre os governos acabou se ajustando e as políticas públicas descentralizadas lograram avanços notáveis nas áreas sociais. (AFONSO, 2003:5).

Essa descentralização mesmo que não organizada possibilitou o Poder Público prestar a maioria dos serviços sociais básicos. O Governo Federal assumiu a responsabilidade de ações de proteção social mais gerais como a previdência social, seguro desemprego e assistência social, enquanto que os governos municipais

assumiram com mais autonomia as áreas de ensino fundamental, atenção básica à saúde e desenvolvimento urbano.

Segundo a análise de AFONSO (2003), à medida que cresceu a importância dos estados e municípios nos gastos sociais e nos investimentos públicos nacionais, o país teve avanços significativos nos principais indicadores sociais. Nos estados em que houve maior crescimento no IDH houve maior aumento da receita tributária per capita na década de noventa, sendo que estes eram os estados menos desenvolvidos. Por isso os estados mais beneficiados foram os que obtiveram melhora nos indicadores sociais.

O governo federal tem a responsabilidade de planejar e executar políticas públicas para promover o bem estar social da população, principalmente de baixa renda. Mas os governos subnacionais, principalmente os municipais passaram a ter um papel mais importante na utilização dos recursos repassados pelo governo federal e no acompanhamento dos beneficiários que recebem recursos diretamente dos órgãos federais.

Foram criados programas de assistência à população de baixa renda para diminuir as diferenças sociais e econômicas do país. Dos anos 90 até os dias atuais também foram integrados ministérios e ações que envolvem a parceria de governos estaduais, municipais e o governo federal. Programas sociais como o Bolsa Família, Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI), Bolsa Alimentação e auxílio gás são os mais visados pelo governo, além de ações para a melhoria das condições de saúde, acesso a moradia com o financiamento e a construção de casas populares e medidas para o aumento do nível de emprego.

Apesar dos gastos com medidas sociais terem aumentado desde os anos 80, ainda representam uma parcela pequena do total de gastos. Em 1980, 76,14% dos gastos do governo federal foram destinados a administração federal, defesa nacional, judiciário, transporte, energia, comunicação, entre outros que não gastos sociais.

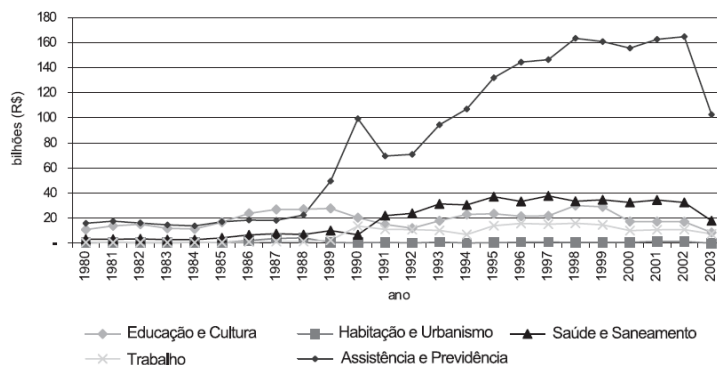
Entre 1989 e 1990, os gastos da previdência e da assistência social dobraram devido à universalização do acesso as aposentadorias e ao estabelecimento de um benefício mínimo.

Os gastos em educação, cultura, saúde e saneamento aumentaram na década de 90, mas ainda assim são menores do que os gastos com previdência e assistência social.

Os gastos com educação decaíram, pois estes passaram a ser responsabilidade dos governos estaduais e municipais, como mostra o gráfico 2.1.

GRÁFICO 2.1

Evolução dos gastos públicos em áreas sociais no Brasil de 1980 a 2003



Fonte: Ministério da Fazenda. (KASSOUF, NUNES, PONTILLI e RODRIGUES, 2004:49).

Os programas de assistência à criança e ao adolescente, incluindo aqueles voltados à saúde e alimentação, estão relacionados a medidas de prevenção e combate ao trabalho infantil. Assim, proporcionar às famílias bem estar e acesso aos serviços públicos essenciais é uma forma de evitar que crianças sejam inseridas no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar.

Programas de combate à pobreza, de criação de moradia popular e de geração de trabalho e renda também se relacionam à erradicação do trabalho infantil, pois se as famílias têm acesso a estes serviços a necessidade da participação de crianças na geração de renda diminui. Além disso, a situação profissional dos adultos da família também afeta as crianças, por isso a importância do acesso à qualificação profissional, ao mercado de trabalho e ao crédito.

Alguns destes programas já ganharam reconhecimento internacional pela utilização de cartões magnéticos para a retirada dos benefícios pela população, evitando assim a intermediação por outros agentes e a possível corrupção dos mesmos, assim como os gastos com administração dos programas.

A seguir o quadro 2.1 com os 12 programas da Rede de Proteção Social que em 2002 utilizava mais de R\$ 30 bilhões em recursos, sendo que representa quase 50% a mais do que tudo o que o governo federal arrecada com o Imposto de Renda de Pessoas Físicas que é de aproximadamente R\$ 20,2 bilhões.

QUADRO 2.1

Programas da Rede de Proteção Social do Governo Federal - 2002

Nome	Público-alvo	Benefício	Beneficiários
Bolsa Alimentação	Crianças até 6 anos, gestantes e mães no período de amamentação até 6 meses, em famílias com até ½ SM per capita	R\$ 15 por criança até 3 crianças	1,3 milhões
Erradicação do Trabalho Infantil	Crianças de 7 a 14 anos com trabalho insalubre, penoso ou degradante, em famílias com até ½ SM per capita	R\$ 25 por criança na área rural e R\$ 40 na área urbana	810 mil
Bolsa Escola	Crianças de 6 a 15 anos em famílias com até ½ SM per capita	R\$ 15 por criança até 3 crianças	8,6 milhões
Auxílio Gás	Famílias de baixa renda, compensadas pelo fim do subsídio ao preço do gás de cozinha, com a abertura do mercado de combustíveis	1 salário mínimo ³	8,1 milhões
Brasil Jovem (Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano)	Jovens de 15 a 17 anos residentes em comunidades de baixa renda cuja renda familiar per capita seja de até ½ SM	R\$ 65 por mês	105 mil
Abono Salarial PIS/PASEP	Trabalhador que receber em média até 2 SM mensais no ano anterior, e que estiver cadastrado no PIS/PASEP há pelo menos 5 anos, e trabalhado no ano anterior (com vínculo empregatício por pelo menos 30 dias)	1 salário mínimo	4,4 milhões

³ Base em salário mínimo de cerca de R\$ 200,00.

Bolsa Qualificação	Trabalhador com contrato suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador	Calculado com base nos 3 últimos salários	10,4 mil
Seguro Desemprego	Trabalhador dispensado sem justa causa (inclusive o doméstico), e o pescador artesanal durante o período de proibição da pesca	1 salário mínimo p/ trabalhador doméstico e p/ pescador artesanal. De 1 SM a R\$ 336,78, p/ outros trabalhadores	4,7 milhões
Seguro Safra	Família em situação de risco na área da seca	R\$ 100/parcela (máximo de 6 parcelas)	938 mil
Aposentadoria e pensões rurais	Trabalhadores rurais	1 salário mínimo	6,4 milhões
Prestação Continuada (BPC/LOAS)	Idosos a partir de 67 anos e portadores de deficiência com renda per capita até ¼ de SM	1 salário mínimo	1,5 milhão
Renda Mensal Vitalícia	Idosos com mais de 70 anos ou inválidos sem meios de subsistência nem amparo	1 salário mínimo	724 milhões
Total			37,6 milhões

Fonte: Presidência da República (2002), elaboração própria.

Como se observa no quadro 2.1, o Governo Federal procura atingir faixas distintas de idade e necessidades em diferentes áreas como alimentação, geração de renda e qualificação profissional. Alguns destes programas serão mais detalhados a seguir com base nos estudos de KASSOUF, NUNES de ALMEIDA, PONTILLI e RODRIGUES (2004), que sintetizaram de forma clara e bem estruturada as suas principais características.

Bolsa Escola

Programas como o Bolsa Escola no Distrito Federal e o Renda Mínima em Campinas foram os primeiros programas de transferência de renda, implantados em 1995 e consistiam em uma mensalidade paga às famílias para manter as crianças freqüentando a escola.

O programa Bolsa Escola teve bons resultados e foi adotado por muitos municípios brasileiros, chegando a ser um dos mais amplos programas sociais do mundo em 2001. O governo federal passou a apoiar iniciativas de governos municipais para proporcionar uma renda mínima à população, vinculado a práticas sócio educativas, desportivas e culturais, além de apoio aos trabalhos escolares, a fim de estimular a permanência de crianças nas escolas.

O direito da bolsa é dado às famílias que possuam membros com idade entre 6 e 15 anos, correspondente à idade escolar, que estejam matriculados e freqüentem no mínimo 85% das aulas, além de terem renda familiar máxima de R\$90,00. O pagamento feito por criança é limitado a três bolsas mensais por família, para que não haja incentivo ao aumento da taxa de fertilidade. Assim, após preencher estes quesitos, a União paga R\$ 15,00 por criança através de cartões magnéticos, sendo que o máximo pago por família é de R\$45,00. O pagamento é feito diretamente para as mães como forma de envolvê-las no processo de incentivo ao estudo.

O programa Bolsa Escola tem como objetivos centrais:

- Aumento da escolaridade e redução da pobreza no longo prazo: quanto maior for o grau de escolaridade das crianças, maiores serão suas chances de futuramente se inserir no mercado de trabalho, sua remuneração tende a ser maior e conseqüentemente haverá incentivo para que seus filhos estudem, reduzindo a pobreza no longo prazo.
 - Redução da pobreza no curto prazo: o pagamento de uma bolsa seria uma compensação para famílias que dependem da renda no trabalho infantil, assim o trabalho seria substituído pelo estudo e a bolsa compensaria a renda das crianças.
 - Redução da incidência do trabalho infantil: entende-se que ao freqüentar a escola as crianças tenham seu tempo livre reduzido impossibilitando o trabalho e o valor da bolsa substituiria parcialmente o valor auferido pelo trabalho infantil. Para o autor, pode trazer um efeito ambíguo, pois a criança poderia freqüentar a escola e continuar trabalhando, restando menos tempo para o lazer e o estudo.
 - Atuação como rede de seguridade: os beneficiários recebem uma espécie de proteção contra choques econômicos e conjunturais.

Alguns pontos negativos podem ser levantados, o programa não faz diferenciação quanto à idade dos beneficiários e alunos do ensino básico e fundamental recebem o mesmo valor, as regiões mais necessitadas não tem condições de financiar um programa dessa magnitude, famílias com crianças abaixo de seis anos não são inclusas no programa, não há controle de quantos semestres ou anos devem ser freqüentados, assim as famílias podem retirar as crianças do programa por um período e depois as inserir novamente.

Em 2001 o programa já atendia cerca de seis milhões de crianças e estava presente em 5.500 municípios. Apesar de não ter dados sobre a qualidade do ensino, o programa tem sido bem avaliado pela iniciativa de inserção escolar.

Programa de erradicação do trabalho infantil - PETI

O objetivo do programa é eliminar o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres e degradantes, conta com o apoio dos governos estaduais e municipais e com a sociedade civil.

O programa destina-se a famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo⁴ e que tenham filhos com idade de 7 a 14 anos que trabalham nas atividades já descritas. Estas famílias recebem uma mensalidade desde que as crianças freqüentem no mínimo 85% das aulas e participem da Jornada Ampliada, que consiste em atividades complementares fora do horário das aulas, além de haver comprometimento por parte dos pais de não enviarem mais seus filhos ao trabalho.

A sociedade participa do programa através dos Conselhos de Assistência Social, pelo Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e pelas Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil.

No início do programa em 1996, somente 3.710 crianças recebiam o benefício que totalizava 0,9 milhão de reais, sendo R\$242 por pessoa. Em 2001, os gastos chegaram a R\$310 milhões e atendimento de 749 milhões de crianças que recebiam R\$414 reais, como mostra a tabela 2.2.

⁴ Base em salário mínimo de cerca de R\$ 200,00.

TABELA 2.2**Cobertura, gastos em milhões de reais, e gastos per capita em reais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de 1996 a 2001, Brasil.**

<i>Ano</i>	<i>Cobertura</i>	<i>Gastos (R\$ milhões)</i>	<i>Gastos (R\$) per capita</i>
1996	3.710	0,9	242,59
1997	37.683	20,0	530,74
1998	117.200	42,9	366,04
1999	145.564	82,9	569,51
2000	394.969	182,6	462,31
2001	749.353	310,9	414,89

Fonte: Ministério da Assistência Social. (KASSOUF, NUNES, PONTILLI e RODRIGUES, 2004:53).

Atenção à criança de zero a seis anos

Este programa foi criado para atender crianças com idade inferior a seis anos, que antes não recebiam nenhum benefício, procura assegurar o acesso a serviços de atenção específica voltada para seu desenvolvimento, sua inserção no sistema educacional, além de orientar as famílias quanto a sua importância em todos os processos.

A ação se dá através de programas e projetos desenvolvidos por entidades sociais, estados e municípios, mas é composto fundamentalmente pela Bolsa Alimentação e iniciativa amigo da criança.

Entre 1997 e 2001, como mostra a tabela 2.3, o número de crianças atendidas aumentou, mas o gasto com o programa oscilou. No início eram atendidas 1,4 milhão de crianças com um total de R\$213,2 milhões e em 2001 o gasto foi de R\$253 milhões para 1.6 milhão de crianças, sendo, portanto R\$156 por pessoa.

TABELA 2.3**Cobertura, gastos em milhões de reais e gastos per capita em reais dos programas de Atenção à Crianças de zero a 6 Anos de 1996 a 2001, Brasil**

<i>Ano</i>	<i>Cobertura</i>	<i>Gastos (R\$ milhões)</i>	<i>Gastos (R\$) per capita</i>
1996	1.420.313	213,2	150,10
1997	1.281.107	247,2	192,95
1998	1.309.985	236,1	180,23
1999	1.371.859	222,6	162,26
2000	1.549.055	262,5	169,45
2001	1.620.831	253,1	156,15

Fonte: Ministério da Assistência Social. (KASSOUF, NUNES, PONTILLI e RODRIGUES, 2004:54).

Bolsa alimentação

Este programa foi criado em 2001 para melhorar as condições de saúde e nutrição de gestantes, mães que estão amamentando crianças de até seis meses e crianças de seis meses até seis anos. Para ter direito ao benefício, as famílias precisam ter renda inferior a meio salário mínimo. Após o cadastro, a mãe recebe um cartão magnético e precisa realizar consultas pré-natais e participar de atividades de orientação sobre alimentação na gestação e aleitamento materno, no caso de crianças com até seis meses também é necessário o acompanhamento do desenvolvimento e vacinação. Onde o acesso a serviços de saúde é limitado, agentes do programa de saúde da família acompanham as crianças com visitas domiciliares.

O benefício concedido é de R\$15,00 por mês para cada criança, sendo que há um limite de três crianças por família. Se todos os compromissos forem cumpridos pela mãe, o benefício pode ser renovado a cada seis meses, até que a criança complete seis anos e passe a receber a Bolsa Escola.

Em junho de 2003 o programa atendeu 1.919.133 pessoas com um gasto de 28,5 milhões de reais. O quadro 2.2 mostra a quantidade de bolsas concedidas e o valor total gasto nas principais cidades das cinco regiões brasileiras em 2002, considerando como beneficiários as crianças de 6 meses a 6 anos, as gestantes e nutrizes. É possível notar que a região nordeste recebeu cerca de metade do total dos gastos, indicando que esta é uma região mais carente, com maior grau de pobreza e falta de alimentos.

QUADRO 2.2

Total de bolsas e valor do programa bolsa alimentação concedidas a crianças de zero a 6 anos e mulheres gestante em 2002.

Região/estado	Crianças*		Gestantes/nutrizes**	
	bolsas	valor	bolsas	valor
Brasil	2.772.592	499.066.560	803.058	72.275.220
Norte	369.661	66.538.980	111.276	10.014.840
Rondônia	27.008	4.861.440	10.802	972.180
Acre	14.410	2.593.800	5.036	453.240
Amazonas	59.352	10.683.360	25.118	2.260.620
Roraima	5.623	1.012.140	2.622	235.980
Pará	232.384	41.829.120	53.228	4.790.520
Amapá	9.837	1.770.660	4.424	398.160
Tocantins	21.047	3.788.460	10.046	904.140
Nordeste	1.393.915	250.904.700	350.320	31.528.800
Maranhão	200.913	36.164.340	45.330	4.079.700
Piauí	87.580	15.764.400	20.700	1.863.000
Ceará	233.282	41.990.760	59.450	5.350.500
Rio Grande do Norte	68.828	12.389.040	19.446	1.750.140
Paraíba	92.419	16.635.420	25.866	2.327.940
Pernambuco	199.455	35.901.900	51.442	4.629.780
Alagoas	92.807	16.705.260	25.030	2.252.700
Sergipe	45.369	8.166.420	13.536	1.218.240
Bahia	373.262	67.187.160	89.520	8.056.800
Sudeste	614.266	110.567.880	215.292	19.376.280
Minas Gerais	219.286	39.471.480	55.890	5.030.100
Espírito Santo	36.744	6.613.920	9.894	890.460
Rio de Janeiro	119.606	21.529.080	38.008	3.420.720
São Paulo	238.630	42.953.400	111.500	10.035.000
Sul	242.976	43.735.680	76.316	6.868.440
Paraná	105.697	19.025.460	31.022	2.791.980
Santa Catarina	47.383	8.528.940	16.338	1.470.420
Rio Grande do Sul	89.896	16.181.280	28.956	2.606.040
Centro-Oeste	151.774	27.319.320	49.854	4.486.860
Mato Grosso do Sul	27.551	4.959.180	9.020	811.800
Mato Grosso	38.969	7.014.420	11.948	1.075.320
Goiás	68.713	12.368.340	20.202	1.818.180
Distrito Federal	16.541	2.977.380	8.684	781.560

*Crianças entre 6 meses e 6 anos de idade.

**Mães amamentando seus filhos com até seis meses de idade.

Fonte: Ministério da Saúde. (KASSOUF, NUNES, PONTILLI e RODRIGUES, 2004:55).

Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

Através da Gerência da Juventude, vinculada ao Ministério da Assistência Social, este programa visa capacitar jovens com idade entre 15 e 17 anos tanto para o trabalho como para a atuação como agentes em suas comunidades em diversas áreas como saúde, meio ambiente, esporte e cultura. Durante todo o programa, o jovem recebe uma bolsa mensal de R\$65,00.

Após 6 meses de treinamento que o programa oferece, e com sua contribuição para a comunidade, o jovem se torna mais capacitado para ingressar no mercado de trabalho. Este programa é voltado principalmente para jovens que residem nas periferias e que não estejam freqüentando a escola, para que estes sejam incentivados a retomar os estudos.

Os principais objetivos do Agente Jovem são: estimular um papel mais atuante do jovem, assim como um planejamento de seu futuro; prepará-lo para cooperar com a transformação de sua comunidade; intensificar o vínculo do jovem com a família e incentivá-lo a retornar ao sistema educacional.

A tabela 2.4 mostra os gastos totais e per capita com o programa de 1999 a 2001 e a quantidade de pessoas atendidas. Nota-se que o número de jovens beneficiados aumentou consideravelmente nestes 3 anos, de 2.700 para 102.304 pessoas ao final de 2001, os gastos totais também cresceram de 0,9 milhão para 35,5 milhões, mas que representou um aumento de apenas R\$14,00 na renda per capita.

TABELA 2.4

Cobertura, gastos em milhões de reais e gastos per capita em reais do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano de 1999 a 2001, Brasil

<i>Ano</i>	<i>Cobertura</i>	<i>Gastos (R\$ milhões)</i>	<i>Gastos (R\$) per capita</i>
1999	2.700	0,9	333,33
2000	39.713	10,1	254,32
2001	102.304	35,5	347,00

Fonte: Ministério da Assistência Social. (KASSOUF, NUNES, PONTILLI e RODRIGUES, 2004:56).

Auxílio Gás

Como o próprio nome sugere, este programa visa auxiliar às famílias, com renda per capita inferior a meio salário mínimo, no pagamento do gás liquefeito de petróleo. O valor do benefício é de R\$7,5 reais por mês, sendo que o recebimento é feito bimestralmente e não impede que o beneficiário receba bolsa de outros tipos de programas sociais.

Em 2002, cerca de 9,3 milhões de pessoas receberam o auxílio gás, representando um gasto total de 933 milhões de reais.

Programa Fome Zero

Este programa tem como objetivo garantir qualidade, quantidade e regularidade no acesso da população à alimentação, atacando as causas estruturais da pobreza. O alvo do programa são as famílias com renda per capita abaixo da linha da pobreza e populações de municípios e regiões rurais ou urbanas que vivam em condições desfavoráveis.

O programa atua através de três eixos: implantação de políticas públicas, construção participativa de uma política de segurança alimentar e nutricional e mutirão contra a fome, que são representados pelas seguintes iniciativas:

- Programas Nacionais de Bancos de alimentos – incentivo e apoio a doações de alimentos para pequenas e médias cidades,
- Programas de Restaurantes Populares – proporciona refeições balanceadas e com preços acessíveis para trabalhadores,
- Cartão-Alimentação – com benefício de R\$50,00 para as famílias de baixa renda comprarem alimentos básicos na região onde moram,
- Programa de Educação Nutricional e Alimentar – dissemina práticas de boa alimentação e melhora de hábitos de consumo através dos meios de comunicação,
- Programas de Distribuição de Cestas Básicas Emergenciais – para pessoas em situação de risco alimentar e que preferem receber cestas básicas no lugar do cartão-alimentação,
- Movimento Contra a Fome – ações para promover doações de alimentos ou em dinheiro, preparação de panfletos, entre outros,
- Doações para Campanhas de Alimentos – em grande escala para Companhia Nacional de Desenvolvimento e em pequena escala para os municípios,
- Doação em Dinheiro – para contas Fome Zero no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal,
- Cartilhas – com informações sobre os objetivos do programa,
- Campanha de Contribuição Familiar – estímulo para a participação da sociedade na doação e distribuição das doações,
- Políticas Regionais Prioritárias
- Políticas Estruturais como:

1. Reforma Agrária – assentamento de famílias e reestruturação dos assentamentos,
2. Fortalecimento da Agricultura Familiar – expansão do crédito rural e financiamento da agricultura familiar na entressafra,
3. Projeto de Emergência para Viver Bem na Área Semi Árida – implementação do Seguro de Colheita, abastecimento emergencial de água e construção de pequenas usinas hídricas, cisternas e açudes,
4. Programa para Superar o Analfabetismo – com intuito de ensinar adultos inclusos no programa Fome Zero a ler e escrever e realização de programas educacionais nas regiões de Reforma Agrária,
5. Programas para Geração de Emprego – financiamento de moradia e saneamento para famílias de baixa renda, expansão do microcrédito e do turismo rural,
6. Programa de Combate à Desnutrição Materno-Infantil – com programa de Renda Mínima vinculada à saúde e atenção à saúde básica.

O programa Fome Zero representou um avanço ao assumir que o problema da fome no país é grande e que para combatê-la é preciso adotar medidas em conjunto com a sociedade, mas também recebeu críticas e foi considerado um fracasso por alguns partidos que consideraram sua administração fraca e com cobertura aquém do esperado.

Geração de renda

Os projetos de geração de renda promovidos pelo Ministério da Assistência Social buscam a inserção das pessoas no mercado de trabalho, o aumento da produção e da produtividade e a extensão de trabalhos dentro das comunidades.

Basicamente, estes programas priorizam famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, pessoas com idade a partir de 18 anos, mulheres que promovem o sustento das famílias e moradores de rua.

Seus objetivos principais são:

- Melhorar a qualificação da produção com oficinas de trabalho equipadas com todos os instrumentos e materiais necessários;
- Revitalização de unidades para a instalação de oficinas de capacitação e empresas comunitárias;

- Promover ações nas zonas rurais que incentivem a produção e a transformação, assim como a capacitação os pequenos produtores;
- Permitir iniciativas para a utilização de matéria prima da região, bem como mão de obra da própria comunidade;
- Criar condições para que as famílias capacitadas possam se inserir no mercado de trabalho ou para que possam comercializar bens por elas produzidos;
- Apoio a iniciativas que promovam a qualificação, atualização ou requalificação profissional, em situações em que se entende ser necessárias para processo de geração de renda, de instalação de novas unidades ou por haver absorção do mercado;
- Dar apoio financeiro e técnico a unidades produtivas;
- Implantação de centros de comercialização e produção.

Os programas de geração de renda devem ser direcionados a famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social, pessoal e econômica, também voltados a qualificação e inserção das pessoas com mais de 19 anos no mercado de trabalho.

Benefício da Prestação Continuada

É um dos maiores programas de renda mínima da América Latina e beneficia idosos com idade a partir de 67 anos com um salário mínimo mensal ou pessoas deficientes e incapazes de realizar atividades para gerar renda, desde que a renda familiar per capita seja menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Este programa auxilia as famílias carentes que possuem membros portadores de deficiência e pessoas idosas, já que estes representam gastos altos pela maior necessidade de medicamentos e cuidados com a saúde. Com a ajuda é possível melhorar a qualidade de vida destas famílias e reduzir o trabalho infantil.

O Benefício de Prestação Continuada começou a ser pago em 1996 e as famílias que se enquadram nos pré-requisitos devem procurar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável por sua operacionalização. O benefício é revisado também pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), que procura avaliar a condição de incapacidade do indivíduo para ter uma vida independente e para exercer atividade remunerada, assim como a condição social de todos os beneficiários. Estas condições são reavaliadas a cada dois anos, através de perícia médica realizada pelos médicos do

INSS no caso dos portadores de deficiência e através de visitas domiciliares coordenadas pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, que avaliam aspectos como a carência econômica, o acesso a serviços comunitários e o relacionamento familiar.

Os gastos totais e per capita com o programa e o número de pessoas atendidas, de 1997 a 2001, são apresentados na tabela 2.5.

TABELA 2.5

Cobertura, gastos em milhões de reais e gastos per capita em reais do programa de Benefício da Prestação Continuada de 1996 a 2001, Brasil

<i>Ano</i>	<i>Cobertura</i>	<i>Gastos (R\$ milhões)</i>	<i>Gastos (R\$) per capita</i>
1996	384.232	139,9	364,10
1997	668.918	792,6	1.184,89
1998	852.524	1.150,5	1.349,52
1999	991.285	1.549,4	1.563,02
2000	1.220.051	1.939,8	1.589,93
2001	1.339.119	2.694,0	2.011,77

Fonte: Ministério da Assistência Social. (KASSOUF, NUNES, PONTILLI e RODRIGUES, 2004:60).

Pode-se notar que os gastos aumentaram significativamente entre 1997 e 2001, de 139,9 milhões no início do programa para 2.694 bilhões de reais em 2001, representando um salto no gasto per capita de R\$364 para R\$2.011,77. Os idosos e portadores de deficiência beneficiados em 1997 era de 384.232, em um ritmo crescente este número chegou a 1.339.114 pessoas em 2001.

Cadastramento Único

Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal foi criado com a finalidade de racionalizar os gastos e restringir as políticas públicas para as pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza e indigência. Trata-se de um cadastro de todas as pessoas com renda per capita de até ½ salário mínimo, centralizado na Caixa Econômica Federal.

Esta foi iniciativa voltada para a melhoria na operacionalidade e eficácia no sistema de proteção social. Assim, o Governo Federal terá acesso ao perfil das pessoas mais carentes, tomando conhecimento de dados como a renda das famílias, sua composição, o grau de escolaridade e as políticas sociais as quais tem acesso.

Com estes dados o Governo Federal pode identificar os pontos mais problemáticos e promover melhorias de acordo com as necessidades desta faixa da população.

A partir da identificação, preferencialmente a mãe tem acesso aos benefícios através do Cartão Cidadão, que pode ser utilizado para retirada direta dos recursos na Caixa Econômica Federal e postos autorizados em datas estipuladas através de um calendário de pagamento.

Os seguintes programas fazem parte do cadastramento único:

- Bolsa Alimentação pelo Ministério da Saúde,
- Bolsa Escola pelo Ministério da Educação,
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI pelo Ministério da Assistência Social,
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano pelo Ministério da Assistência Social,
- Auxílio Gás pelo Ministério de Minas e Energia,
- Fome Zero pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

As pessoas que fizerem parte do cadastramento único e ainda não estiverem recebendo nenhum tipo de benefício são encaminhadas para os programas que melhor possam atendê-las.

Cabe ao Estado incentivar e acompanhar o cadastro nos Municípios, priorizando suas ações nas áreas de maior problema. Para os Municípios é vantajoso aderir ao Cadastramento Único pelos seguintes motivos:

- Possibilita a inclusão da população mais pobre nos programas sociais;
- Através do cadastro é possível extrair dados bastante úteis para o aprimoramento de políticas públicas, direcionando-as para as reais necessidades da população;
- Com os programas de transferência de recursos, há maior fluxo de renda nos Municípios e conseqüentemente traz expansão do comércio e novas oportunidades de negócio.

Para que o benefício seja bem aplicado, o titular do cadastramento é preferencialmente a mãe de família, mas todos os membros mesmo não sendo familiares

devem ser cadastrados, já que a renda é compartilhada. Até maio de 2003, mais de 28 milhões de pessoas com renda inferior a ½ salário mínimo já haviam sido cadastradas.

Bolsa Família

Criado em 2003, este programa unificou outros benefícios já existentes, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação (Fome Zero) e o Auxílio Gás, através do cadastramento único.

Inicialmente, as pessoas integradas ao Bolsa Família são aquelas com renda per capita de até R\$50,00 ou que já recebem outros benefícios. A meta é de conceder para estas pessoas uma bolsa mensal de R\$50,00, além disso, famílias com filhos de 0 a 15 anos recebem um valor de R\$15,00 por filho até o máximo de três bolsas. Famílias com renda mensal de R\$50,00 a R\$100,00 recebem uma bolsa mensal de R\$15,00 por filho, também com limite para três beneficiários.

Os objetivos principais são a inclusão social e a valorização da família. Para permanecer com o benefício, as famílias tem que cumprir quesitos como manter a vacinação dos filhos em dia, comprovar frequência escolar, ter acompanhamento de saúde através de visitas regulares aos postos de saúde e participar de projetos voltados para a alimentação, nutrição, alfabetização e profissionalização.

TABELA 2.6

Evolução dos recursos orçamentários destinados a programas de transferência de renda – 2002 a 2005. (R\$ milhão).⁵

Programas	2002	2003	2004	2005	2006
Bolsa Escola	1.537,10	1.429,50	-	-	-
Bolsa Alimentação	121,7	264,4	-	-	-
Auxílio Gás	609,2	800,2	-	-	-
Cartão Alimentação	-	290,6	-	-	-
Bolsa Família	-	572,4	5.308,80	6.537,80	8.303,00
Total	2.268,00	3.357,10	5.308,80	6.537,80	8.303,00
Variação anual	-	48,00%	58,10%	23,20%	27,00%

Fonte: SENRC/MDS. (MESQUITA, 2006:476).

⁵ Valores de 2002 a 2005 executados, valores de 2006 pelo PLOA.

Os programas de transferência de renda beneficiam mais famílias a cada ano, em 2006 o Governo Federal destinou 8.303 milhões de reais para o Bolsa Família.

Em vários municípios e estados, de acordo com SUPPLY (2003), programas de renda mínima como o Bolsa Escola e outros programas de assistência à população de baixa renda existem independentemente das ações do Governo Federal. Muitas vezes estes programas municipais ou estaduais oferecem benefícios maiores que a União, em alguns casos os recursos federais podem ser utilizados e apenas complementados pelos municípios.

Mesmo que não tendo eliminado os problemas básicos de uma parcela da população que vive na linha mínima da pobreza, a organização e realização do gasto público possibilitam a utilização de recursos mais modernos para as ações e serviços públicos, assim como um debate mais profundo sobre as reais necessidades da sociedade e sobre as formas mais eficientes de atendê-las.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DA POBREZA NO BRASIL

3.1 - Características das famílias de acordo com a renda

Nos capítulos anteriores foi possível acompanhar a trajetória da economia do Brasil sob a perspectiva da distribuição de renda, as causas das desigualdades e as políticas sociais implementadas. Este capítulo considera os pontos abordados anteriormente e traz uma análise da situação mais recente do país com relação aos resultados obtidos quanto à desigualdade de renda e a pobreza.

Com os dados da PNAD 2004 a respeito das características socioeconômicas das famílias brasileiras é possível traçar um perfil da distribuição da renda e do padrão de consumo do país, que nos últimos anos vem se modificando e por isso indicando uma melhora nas condições de vida da população. Através de SCHWARTZMAN (2006) é possível retratar os principais pontos.

A região Nordeste concentra a maior parte das famílias dos décimos mais baixos de renda familiar per capita, sendo a maioria dos chefes de famílias pardos e mulatos. A região Sudeste, como se observa na tabela 3.1, detém a população de renda mais alta, sendo de alguma forma relacionada ao seu dinamismo econômico.

TABELA 3.1

Grande região de residência					
décimos de renda	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
1	9.2%	56.3%	23.0%	7.2%	4.2%
2	10.5%	44.1%	29.5%	9.3%	6.6%
3	9.6%	34.1%	36.9%	11.8%	7.6%
4	8.1%	27.5%	42.1%	14.0%	8.3%
5	7.6%	20.8%	46.6%	16.7%	8.4%
6	6.3%	22.4%	45.6%	17.8%	7.9%
7	5.5%	14.2%	51.9%	20.4%	8.0%
8	5.0%	12.3%	53.6%	21.5%	7.7%
9	4.7%	11.3%	55.3%	22.0%	6.7%
10	3.6%	11.2%	57.3%	19.6%	8.3%
total	7.0%	25.4%	44.2%	16.0%	7.4%

Fonte: PNAD 2004, elaboração de SCHWARTZMAN (2006:11).

Nas regiões mais pobres as famílias são compostas, em geral, por 4,5 pessoas e por 2,5 pessoas no caso de famílias com maior renda, representadas pelos décimos mais altos, a média nacional é de 3,3 pessoas por família, como mostra a tabela 3.2.

TABELA 3.2

Características das famílias, por décimos de renda.												
décimos de renda	Número médio de componentes da família (inclusive agregados)	Casal com todos os filhos			Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais		Mãe com todos os filhos		Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais		Outros tipos de família	total
		Casal sem filhos	menores de 14 anos	anos ou mais	menores de 14 anos	anos ou mais	menores de 14 anos	anos ou mais				
1	4.5	4.8%	40.0%	7.7%	20.4%	8.2%	5.1%	4.9%	8.9%	100.0%		
2	4.1	6.0%	40.4%	12.1%	17.2%	5.0%	7.5%	4.9%	6.9%	100.0%		
3	3.6	13.0%	31.6%	13.7%	13.1%	4.9%	10.7%	3.4%	9.6%	100.0%		
4	3.6	11.1%	31.3%	18.5%	12.7%	3.7%	10.9%	2.7%	9.2%	100.0%		
5	3.5	12.6%	28.3%	20.9%	12.5%	3.2%	11.8%	2.4%	8.3%	100.0%		
6	2.6	18.4%	16.8%	15.3%	6.7%	1.8%	9.5%	1.1%	30.5%	100.0%		
7	3.0	18.6%	21.3%	21.4%	8.3%	2.0%	11.3%	1.1%	16.1%	100.0%		
8	2.8	19.4%	17.3%	19.7%	7.1%	1.7%	9.8%	0.8%	24.1%	100.0%		
9	2.8	20.1%	17.4%	22.3%	6.1%	1.5%	9.9%	0.8%	21.9%	100.0%		
10	2.5	23.2%	13.8%	19.7%	4.3%	1.4%	7.9%	0.4%	29.3%	100.0%		
	3.3	14.8%	25.6%	17.0%	10.7%	3.3%	9.4%	2.2%	16.9%	100.0%		

Fonte: PNAD 2004, elaboração de SCHWARTZMAN (2006:11).

A porcentagem de chefes de famílias analfabetos é de 34%, apenas 8,7% concluíram o ensino médio e menos de 1% chegaram ao ensino superior, por isso quanto maior a renda, maior o grau de escolaridade. Em geral, famílias com renda menor têm chefes mais jovens com cerca de 40 anos, quando a renda é alta os chefes de família tem em torno de 50,3 anos, a média nacional é de 46,8 anos.

TABELA 3.3

Características dos Chefes de família, por décimos de renda familiar per capita							
Características gerais das pessoas de referência							
décimos de renda	Sexo masculino	Idade média	média de anos de estudo	cor branca	não sabe ler e escrever	freqüentou até o ensino médio	freqüentou até o ensino superior e pós-graduação
1	75.0%	40.0	3.4	28.9%	33.8%	8.7%	0.8%
2	76.1%	42.0	3.9	35.0%	26.2%	11.3%	0.5%
3	72.9%	45.0	4.4	40.4%	22.0%	14.9%	0.9%
4	75.3%	45.4	5.0	44.5%	18.5%	18.7%	1.4%
5	76.0%	45.8	5.4	51.3%	14.5%	20.7%	2.1%
6	67.8%	52.9	4.7	52.9%	22.0%	18.6%	2.5%
7	75.0%	47.8	6.5	60.0%	8.7%	26.1%	5.2%
8	72.4%	48.3	7.3	64.9%	6.2%	26.8%	9.7%
9	73.7%	48.7	8.9	71.8%	2.7%	26.6%	20.6%
10	72.2%	50.3	11.6	79.4%	0.6%	16.3%	50.9%
Total	73.5%	46.8	6.1	53.5%	15.6%	19.2%	10.2%

Fonte: PNAD 2004, elaboração de SCHWARTZMAN (2006:10).

Com relação ao mercado de trabalho, 82,8% dos chefes de família da faixa de renda mais baixa são economicamente ativos, mas 16,8% de pessoas deste grupo estão

desempregadas, um número alto se comparado à média nacional de 4,1%. Os trabalhadores com carteira assinada ou contrato de trabalho representam a minoria, apenas 9,8%, a maior parte trabalha por conta própria, enquanto que os décimos de renda mais elevada tem a menor porcentagem de desocupados e a maior parte dos trabalhadores de carteira assinada e de empregadores.

TABELA 3.4

Características do trabalho das pessoas de referência							
décimos de renda	economicamente ativos	empregados com carteira, militares e funcionários públicos			empregados sem carteira		
		desocupadas	públicos	sem carteira	conta própria	empregador	
1	82.8%	16.8%	9.8%	33.5%	48.1%	0.8%	
2	84.0%	5.5%	28.9%	30.3%	34.8%	1.5%	
3	78.5%	4.8%	35.4%	25.8%	31.7%	1.7%	
4	81.0%	3.4%	41.5%	21.1%	29.8%	2.7%	
5	81.7%	2.4%	45.7%	17.8%	28.9%	3.5%	
6	64.0%	2.1%	44.2%	17.3%	26.8%	3.2%	
7	78.2%	1.9%	48.8%	13.8%	28.7%	5.2%	
8	76.9%	1.5%	49.3%	11.6%	27.2%	8.2%	
9	77.0%	1.2%	47.1%	11.2%	26.5%	13.0%	
10	76.8%	0.6%	46.6%	8.5%	20.8%	23.0%	
Total	77.8%	4.1%	39.9%	19.0%	30.2%	6.3%	

Fonte: PNAD 2004, elaboração de SCHWARTZMAN (2006:11).

A principal fonte de renda independente da faixa de renda é o trabalho, a segunda são as aposentadorias e pensões que beneficiam principalmente a fatia mais rica da população, a terceira fonte mais importante são os juros e programas de transferência de renda como o Bolsa Família além de outros rendimentos. As famílias dos 2 primeiros grupos de renda são as que mais dependem da transferência de recursos, indicando uma focalização correta dos programas federais, mas os décimos 3 e 4 com renda superior a R\$ 100,00 também se beneficiam desses recursos mesmo que em menor escala.

TABELA 3.5

Composição da renda das famílias, segundo décimos de renda familiar per capita					
décimos de renda	Trabalho	aposentadoria e pensão	transferencias e juros	outros	total
1	73.5%	10.3%	13.9%	2.3%	100.0%
2	77.0%	14.3%	7.2%	1.5%	100.0%
3	76.5%	17.8%	4.2%	1.5%	100.0%
4	79.0%	17.3%	2.5%	1.1%	100.0%
5	81.1%	15.9%	1.6%	1.4%	100.0%
6	71.1%	26.2%	1.6%	1.1%	100.0%
7	79.3%	18.4%	0.8%	1.4%	100.0%
8	78.4%	19.4%	0.6%	1.6%	100.0%
9	77.9%	19.2%	0.6%	2.3%	100.0%
10	75.5%	20.4%	1.2%	2.8%	100.0%

Fonte: PNAD 2004, elaboração de SCHWARTZMAN (2006:14).

Através da tabela 3.6 é possível observar como os diferentes tipos de rendimentos se distribuem entre os grupos de renda. As famílias com renda mais alta concentram a maior parte dos chamados outros rendimentos que incluem aluguéis e transferências de renda tais como aplicações financeiras. Segundo SCHWARTZMAN (2006), as transferências de renda provenientes de programas federais contribuem mais para o segundo décimo de renda, seguido pelo primeiro e pelo terceiro, o que pode indicar uma focalização menor nos grupos de extrema pobreza e isolamento.

TABELA 3.6

Distribuição dos componentes de renda por famílias segundo décimos de renda familiar per capita				
décimos de renda	trabalho	aposentadoria e pensão	transferencias e juros	outros
1	1.4%	0.8%	12.6%	1.6%
2	3.0%	2.2%	13.5%	2.2%
3	3.8%	3.5%	10.1%	2.7%
4	5.1%	4.4%	7.8%	2.7%
5	5.5%	4.2%	5.2%	3.4%
6	6.3%	9.2%	7.0%	3.5%
7	9.0%	8.3%	4.2%	6.0%
8	11.3%	11.0%	3.9%	8.3%
9	16.4%	15.9%	5.8%	17.7%
10	38.1%	40.5%	30.1%	51.9%

Fonte: PNAD 2004, elaboração de SCHWARTMAN (2006:15).

O gráfico 3.1 apresenta a distribuição dos recursos através das transferências de renda para os 5 primeiros décimos de renda, confirmando a prioridade do atendimento

da população mais pobre. Assim, pode-se concluir que os esses recursos estão sendo destinados à população que tem maiores necessidades financeiras.

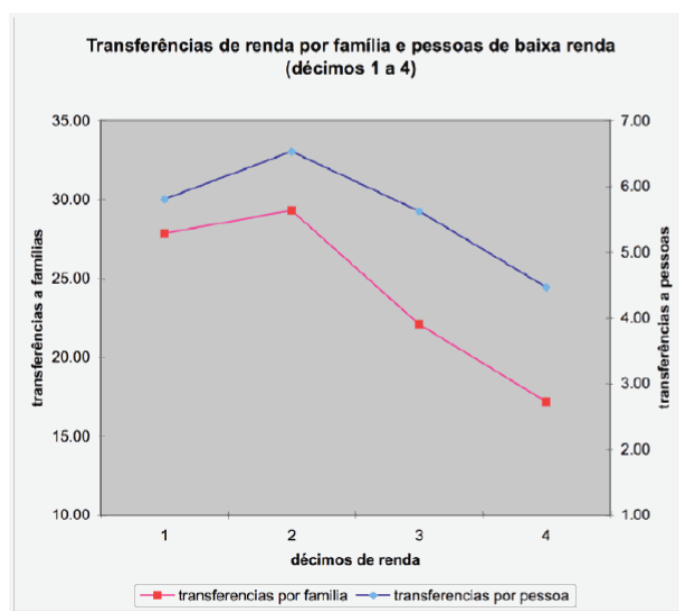
GRÁFICO 3.1



Fonte: PNAD 2004, elaboração de SCHWARTZMAN (2006:15).

Portanto, as transferências de renda por famílias, como mostra o gráfico 3.2, são maiores para os decimos mais baixos de renda e diminuem conforme a renda das famílias aumenta.

GRÁFICO 3.2



Fonte: PNAD 2004, elaboração de SCHWARTZMAN (2006:16).

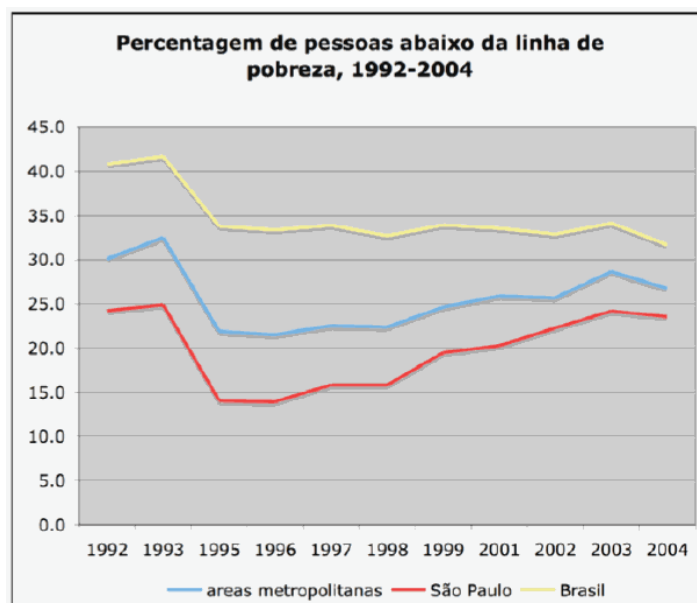
Os programas de transferências de renda segundo SCHWARTZMAN (2006), tem impacto limitado devido à má focalização dos recursos, que acabam sendo distribuídos também para famílias menos pobres. Porém sua importância vem sendo reconhecida por suas condicionalidades, que se referem principalmente à frequência de crianças à escola e atendimento médico das famílias nos postos públicos, estas iniciativas a longo prazo proporcionariam uma condição de vida diferente para as famílias na linha de pobreza e estas passariam a não mais depender dos recursos do governo.

3.2 - Redução da desigualdade, da pobreza e a contribuição dos programas de transferência de renda

O Brasil não estipula uma linha oficial da pobreza, mas considera uma renda familiar per capita máxima de R\$ 100,00 para o direito do recebimento de benefícios como o Bolsa Família, a linha de indigência geralmente é definida pela metade da linha da pobreza.

A maior queda da porcentagem de pessoas abaixo da linha da pobreza se deu entre 1993 e 1994 (de 41,6% para 33,8%), quando o Plano Real estava em vigência, nos anos seguintes essa proporção oscilou, chegando a 31,7% em 2004. A redução da pobreza foi significativa, mas vale observar que as regiões metropolitanas e em particular São Paulo apresentaram um empobrecimento nos últimos anos.

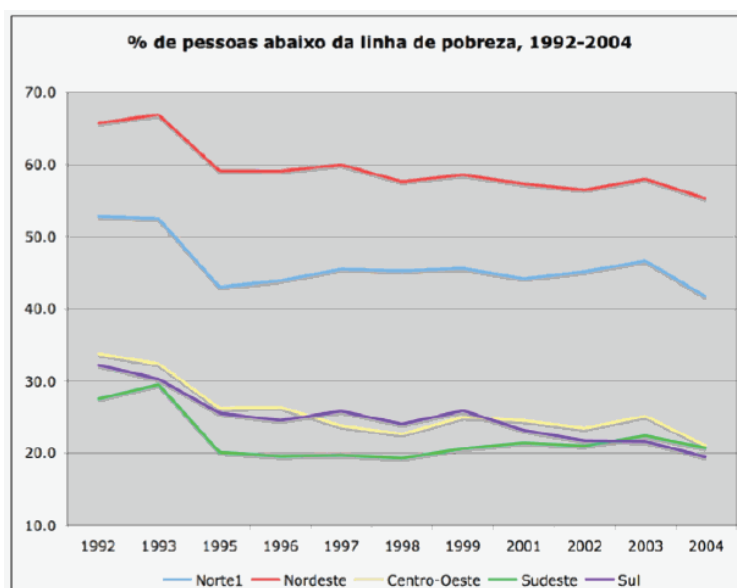
GRÁFICO 3.3



Fonte: PNAD 1992-2004, processamento IETS, SCHWARTZMAN (2006:6).

Analisando os resultados das 5 regiões brasileiras nota-se uma diminuição da porcentagem de pobres em todas as regiões com exceção do Sudeste, que a partir de 1998 apresentou aumento. O Nordeste possui a maior parte de pessoas abaixo da linha da pobreza, enquanto que a região Sul em 2004 atingiu a menor porcentagem do país.

GRÁFICO 3.4

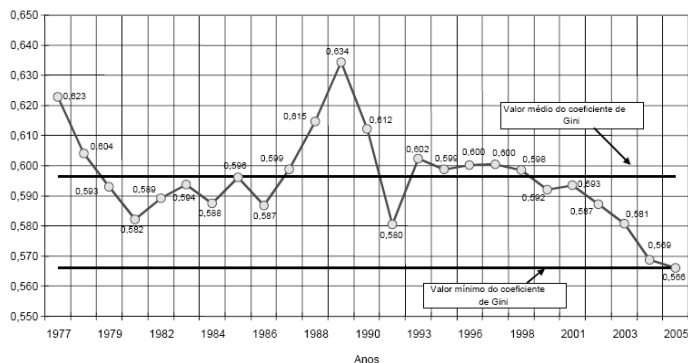


Fonte: PNAD 1992-2004, processamento IETS, SCHWARTZMAN (2006:6).

O coeficiente de Gini vem indicando nas últimas décadas a variação da desigualdade no Brasil. O período mais crítico ocorreu entre 1986 e 1989 quando houve o maior aumento do coeficiente de Gini, seguido por uma queda brusca até 1992, após esse período o coeficiente indicou um comportamento mais uniforme com queda constante, entre 2001 e 2005 o grau de desigualdade no país declinou consideravelmente, com coeficiente de Gini de 0,593 para 0,566, alcançando assim o menor índice já registrado neste período, de acordo com o gráfico 3.5

GRÁFICO 3.5

Brasil: evolução da desigualdade na renda familiar per capita – coeficiente de Gini – 1977 – 2005.

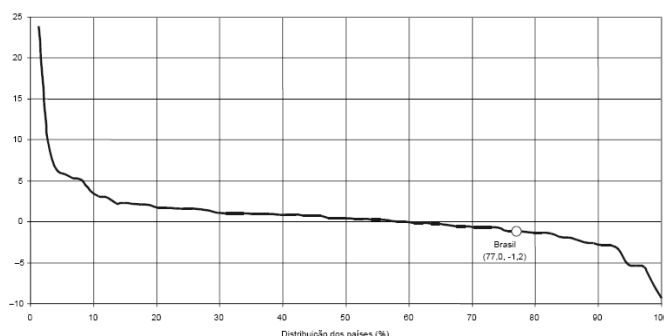


Fonte: estimativas produzidas com base na Pnad de 1977 a 2005. (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:8).

O ritmo da redução da desigualdade no país é um dos mais rápidos do mundo, em quatro anos conseguiu um declínio de 5%, menos de ¼ dos países com acompanhamento do coeficiente de Gini conseguiram uma redução maior, como mostra o gráfico.

GRÁFICO 3.6

Distribuição dos países do mundo segundo a evolução no grau de desigualdade: coeficiente de Gini.⁶

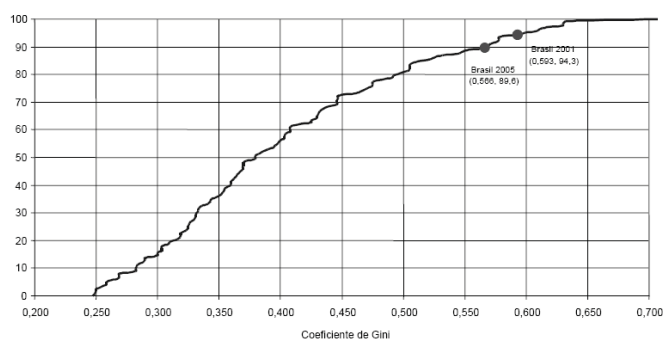


Fonte: Dados extraídos da PNUD (2005a). (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:9).

Mas a melhora recente no grau de desigualdade não foi suficiente para retirar o Brasil da posição de um dos países mais desiguais do mundo, 90% dos 124 países estudados pelo IPEA (2008) apresentam melhor distribuição de renda.

GRÁFICO 3.7

Distribuição acumulada dos países no mundo segundo o grau de desigualdade⁷



Fonte: Estimativas produzidas com base em PNUD (2005). (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:10).

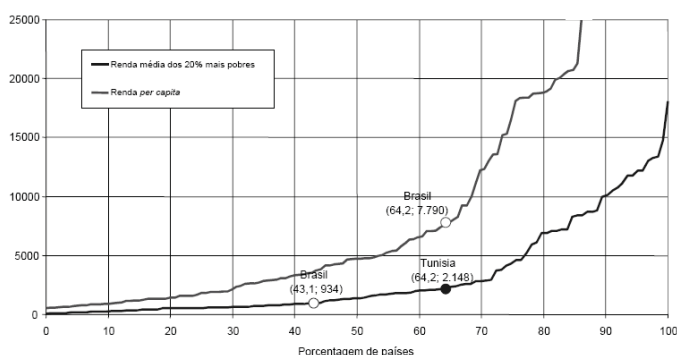
⁶ Foram utilizados 74 países para os quais existe a informação no período.

⁷ Foram considerados 124 países para os quais existe a informação no período.

O gráfico 3.8 mostra os países segundo a renda per capita distribuídos a partir da renda média de seus 20% mais pobres. Assim, 64% dos países têm renda per capita inferior a brasileira e 43% tem renda per capita dos 20% mais pobres menor do que os 20% mais pobres do Brasil, o que indica que a situação brasileira deveria ser melhor do que realmente é.

GRÁFICO 3.8

Distribuição dos países no mundo segundo a renda per capita e a renda média dos 20% mais pobres (renda per capita anual, em US\$ PPP).⁸



Fonte: Estimativas produzidas com base em Pnud (2005). (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:10).

A desigualdade de renda do Brasil ainda permanece alta, a parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico da população é igual a parcela dos 50% mais pobres, ainda há um grande diferencial, já que 40% da renda total é apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres detém menos de 10% da renda.

BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA (2007: 11) fazem a seguinte comparação:

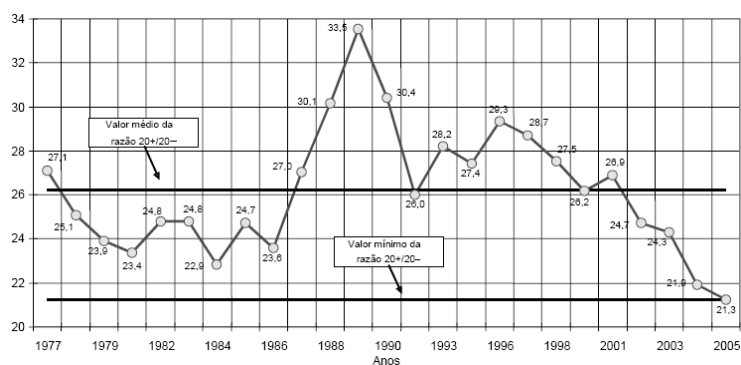
Para que o Brasil passasse a ocupar, na distribuição de países segundo a renda média dos 20% mais pobres, a mesma posição que ocupa na distribuição dos países segundo a renda per capita, a porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais pobres deveria mais do que dobrar. Mesmo que isso ocorresse, a renda média dos 20% mais pobres no Brasil passaria a ser pouco mais $\frac{1}{4}$ da média nacional, e igual a apenas à dos 20% mais pobres da Tunísia, o que indica o fato de esse alinhamento ser o mínimo que se poderia esperar do combate à desigualdade no país.

⁸ Foram considerados 124 países para os quais existia informação no período.

O gráfico 3.9, com a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres reafirma a trajetória do coeficiente de Gini, realmente houve uma queda na desigualdade entre esses dois grupos da população, com maior eficiência a partir de 2002.

GRÁFICO 3.9

Brasil: evolução da desigualdade na renda per capita – razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres -1977-2005 (Razão 20+/20-)

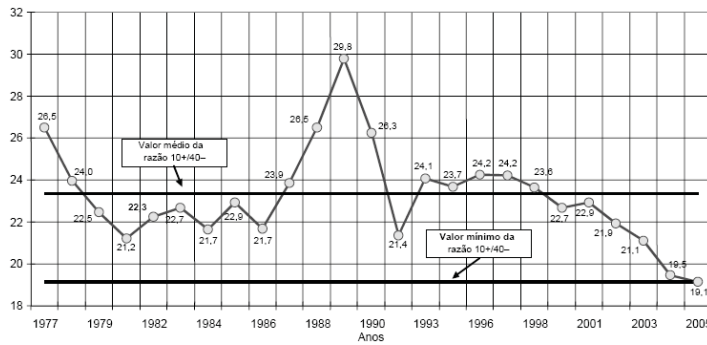


Fonte: Estimativa produzida com base na Pnad de 1997 a 2005. (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:15).

A razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres também comprova a constatação de que a desigualdade no país se reduziu, assim como o gráfico anterior, a partir de 2002 este resultado foi acentuado, chegando ao menos valor em 2005.

GRÁFICO 3.10

Brasil: evolução da desigualdade na renda familiar per capita – razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres – 1977-2005 (Razão 10+/40-).

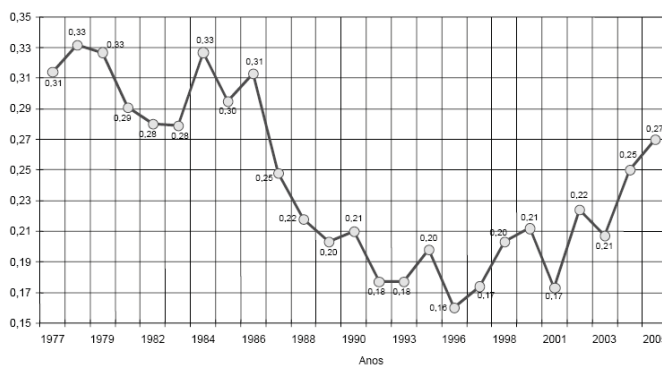


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 1977 a 2005. (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:15).

Até 1986, a renda apropriada pelos 5% mais pobres da população brasileira era maior do que em 2005, isso significa que medidas de desigualdade voltadas para as faixas de menor renda apontaram uma desigualdade maior em 2005 do que nos anos anteriores a 1986.

GRÁFICO 3.11

Brasil: evolução da renda apropriada pelos 5% mais pobres – 1977-2005. (Porcentagem de renda apropriada)

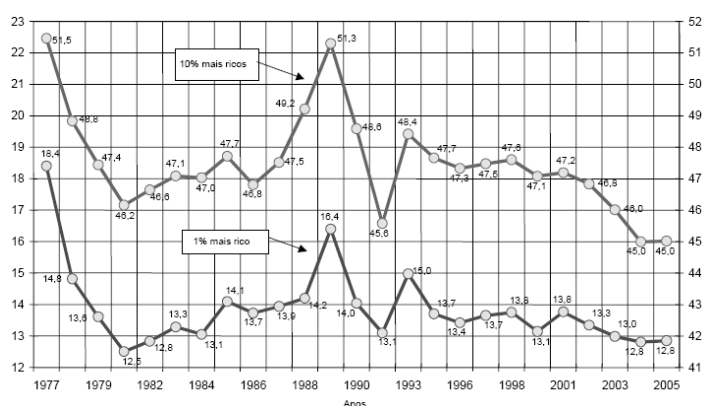


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 1977 a 2005. (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:16).

Por fim, o gráfico mostra que a renda apropriada pelos 10% mais ricos em 2005 é pouco menor que em 2004, e sua trajetória indica uma redução contínua nos anos anteriores, assim como se verifica pelos dados de apropriação de renda do 1% mais rico. A partir dos dados deste e dos gráficos anteriores é possível afirmar que a desigualdade de renda vem diminuindo nas últimas décadas, principalmente após os anos 80, chegando em 2005 ao menor valor em 30 anos.

GRÁFICO 3.12

Brasil: evolução da porcentagem de renda apropriada pelo 1% e pelos 10% mais ricos – 1977-2005



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 1977 a 2005. (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:17).

Mas para que o Brasil consiga igualar seu patamar de desigualdade com os demais países com mesmo grau de desenvolvimentos seriam necessários 25 anos, tomando como base a melhora de 0,5 ponto percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres entre os anos de 2001 a 2005, como mostra a tabela 3.7. Portanto, o país ainda se encontra com alto grau de desigualdade, mesmo apresentando melhoras nos últimos anos.

TABELA 3.7**Fatia da renda apropriada acumulada pelos décimos mais pobres e indicadores de desigualdade entre 2001 e 2005.**

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	Varição (2005-2001) (p.p.)
Fatia da renda apropriada acumulada pelos décimos mais pobres (%)						
Primeiro	0,69	0,79	0,78	0,87	0,91	0,22
Segundo	2,36	2,55	2,56	2,79	2,87	0,51
Terceiro	4,85	5,12	5,17	5,57	5,68	0,83
Quarto	8,24	8,55	8,72	9,25	9,40	1,17
Quinto	12,7	13,1	13,3	14,0	14,2	1,52
Sexto	18,5	18,9	19,4	20,2	20,5	1,95
Sétimo	26,1	26,5	27,1	28,1	28,4	2,28
Oitavo	36,6	37,0	37,7	38,8	39,0	2,44
Nono	52,8	53,2	54,0	55,0	55,0	2,17
Coefficiente de Gini	0,593	0,587	0,581	0,569	0,566	-4,61%
Índice de Theil-T	0,719	0,705	0,680	0,656	0,651	-9,53%
Índice de Theil-L	0,649	0,634	0,622	0,592	0,585	-9,94%
Distância entre a média aritmética e a harmônica	2,56	2,44	2,55	2,28	2,17	-15,2%
Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	22,9	21,9	21,1	19,5	19,1	-16,4%
Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres	26,9	24,7	24,3	21,9	21,3	-21,0%

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD de 2001 a 2005. (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007:11).

Segundo o gráfico com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) não deixa claro se a desigualdade continuou a diminuir depois de 2006, o que se pode verificar é que a velocidade de redução da desigualdade foi menor.

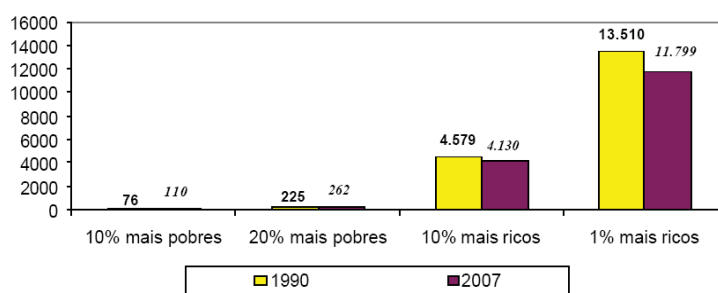
Comportamento da distribuição da renda nacional

A repartição da renda no Brasil apresentou diferenças nas últimas décadas e o estudo do IPEA (2008) identificou quatro fases diferentes na participação relativa da parcela do trabalho da renda nacional. A primeira fase corresponde ao período entre 1990 e 1996, quando a participação do rendimento do trabalho na renda nacional caiu 15,2%, já na segunda fase, que se refere ao período entre 1996 e 2001 houve aumento de 5,4%. Entre 2001 e 2004 ocorreu a terceira fase e novamente houve queda de 3,1% na participação do rendimento do trabalho e, finalmente, entre 2005 e 2006 ocorreu a quarta fase que apresentou um aumento de 4% da parcela do trabalho na renda nacional.

A desigualdade na distribuição pessoal da renda, parte do rendimento do trabalho, teve queda praticamente contínua desde 1990 com exceção somente de 1993. No ano de 1990 o índice de Gini era de 0,600 e chegou a 0,528 em 2007, tendo uma queda de 10,1%.

GRÁFICO 3.13

Brasil: evolução do rendimento médio mensal real dos ocupados com 10 anos e mais de idade por decil selecionado em 1990 e 2007 (em R\$ de 2007).⁹



Fonte: IBGE – PNAD, com elaboração do IPEA (2008:3).

Neste período de 1990 a 2007 o rendimento médio mensal dos 10% mais pobres aumentou de R\$ 76,00 no início para R\$ 110,00 em 2007, representando um crescimento de 44,4%, já o rendimento dos 20% mais pobres cresceu 16,5%. A redução do índice de Gini neste período baseou-se na elevação dos rendimentos das classes sociais mais baixas e na queda da remuneração dos trabalhadores dos principais postos do país.

O rendimento médio real dos 10% mais ricos teve um movimento inverso e sofreu queda de 9,8%, passando de R\$ 4.579 para R\$ 4.130, assim como a remuneração do 1% mais rico que diminuiu 12,7%.

A redução da diferença entre os rendimentos não representa uma diminuição da desigualdade de distribuição funcional da renda, nos períodos de 1990 a 1996 e de 2001 a 2004 a participação relativa dos rendimentos dos trabalhadores se reduziu.

No período de 1990 a 1996 houve redução de 3,7% do diferencial de rendimentos, mas a participação do trabalho na renda nacional caiu 15,2% e entre 2001

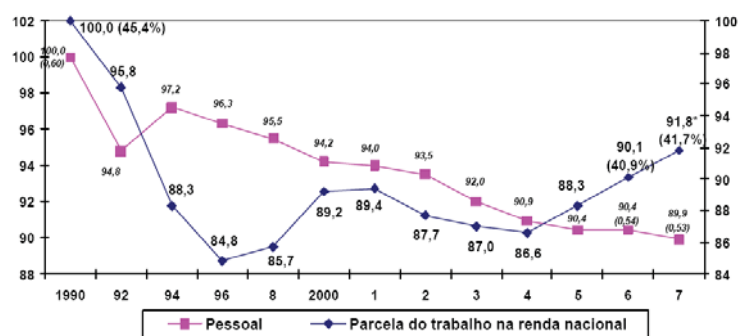
⁹ Estimativa.

e 2004 a redução de 3,3% da desigualdade pessoal foi acompanhada de queda de 3,1% da parcela do trabalho na renda nacional.

Nos outros dois períodos, de 1996 a 2001 e pós 2004, houve redução da desigualdade pessoal e aumento da participação dos rendimentos do trabalho. No primeiro período a desigualdade pessoal caiu 2,4% e a participação do trabalho na renda nacional aumentou 5,4% e após 2004 houve queda de 1,1% na desigualdade pessoal e uma participação do trabalho 6% maior.

GRÁFICO 3.14

Brasil: evolução do índice de desigualdade da renda pessoal (Gini para rendimento dos ocupados de 10 anos e mais de idade) e do índice da parcela do rendimento do trabalho na renda nacional entre 1990 e 2007 (1990 = 100).¹⁰



Fonte: IBGE – SCN e PNAD, com elaboração do IPEA (2008:4).

Segundo os estudos do IPEA (2008), há uma forte relação entre o comportamento das variáveis relacionadas ao ritmo de expansão da economia como crescimento, regressão e estagnação, o perfil da produção, o emprego e remuneração da mão de obra e a aplicação de políticas sociais. A renda média anual teve um crescimento de 2,99% de 1990 a 2007.

A primeira fase de 1990 a 1996 foi marcada por medidas de combate à inflação, pela redução da participação do Estado e pelas aberturas comercial, financeira e produtiva. Houve uma redução da participação do trabalho na renda nacional e

¹⁰ Estimativa.

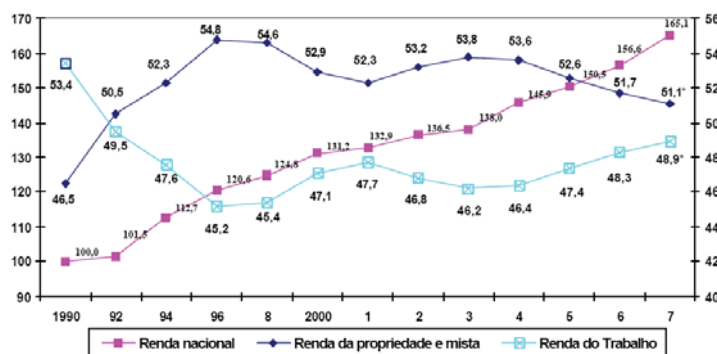
crescimento da participação do rendimento da propriedade e mista que passou de 46,5% para 54,8% ao final deste período, sendo que a renda nacional média cresceu 3,2% a.a.

Na segunda fase correspondente aos anos de 1996 a 2001, a adoção de medidas como a desvalorização do real e contenção de importações resultou em um crescimento médio da renda nacional de 1,9%. Mas a participação relativa do rendimento do trabalho na renda média nacional se recuperou e a participação da renda da propriedade e mista caiu de 54,8% para 52,3%.

De 2001 a 2004, o crescimento médio da renda nacional foi de 3,2% a.a., ocorrendo em meio a crise energética e medidas de combate à inflação. Neste período verificou-se novamente uma redução de 2,1% na participação relativa do rendimento do trabalho e um aumento da participação da renda da propriedade e mista de 52,3% para 3,6%.

GRÁFICO 3.15

Brasil: evolução do índice de variação da renda nacional e a divisão entre a renda do trabalho e a do conjunto da propriedade e mista entre 1990 e 2007 (1990 = 100 e total da renda do trabalho e proprietários = 100).¹¹**



Fonte: IBGE – SCN e PNAD, com elaboração do IPEA (2008:5).

De 2005 a 2007 o cenário se inverte novamente, a participação da renda do trabalho voltou a crescer e a parcela da renda da propriedade e mista declinou de 53,5% para 51,1%, sendo que a renda nacional apresentou um aumento de 4,2%.

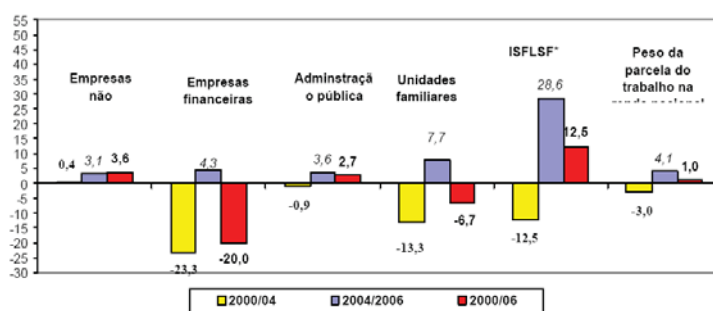
¹¹ Estimativa que não inclui imposto líquido sobre a produção que responde, em média, por 15% de toda a renda nacional.

O PIB em 2006 foi de 2,370 milhões de reais, equivalentes a 12.688 reais em média per capita, sendo que R\$ 5.190, 40,9% do total foi absorvido pelos trabalhadores e R\$ 5.557 pelos proprietários correspondendo a 43,8% do total, os R\$ 1.940 restantes correspondem aos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação.

Entre 2000 e 2004 houve queda de 3% da parcela do trabalho na renda nacional, passando de 40,5% para 39,3%, o que foi compensado pelo aumento de 4,1% entre 2005 e 2006. A queda na remuneração dos trabalhadores ocupados nas empresas financeiras e nas famílias é a principal causa do desempenho baixo da parcela do trabalho na renda de 2000 a 2006, como mostra o gráfico 3.16.

GRÁFICO 3.16

Brasil: variação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional por setores entre 2000 e 2006 (em %).



Fonte: IBGE/SCN, com elaboração do IPEA (2008:6).

*Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

O rendimento das empresas não financeiras representou neste período um aumento na participação da renda do trabalho e dos proprietários na renda nacional, na administração pública houve crescimento de 2,7% da parcela da renda do trabalho e diminuição da renda dos proprietários. Nas unidades familiares houve redução tanto da parcela do trabalho quanto da parcela da renda dos proprietários e nas empresas financeiras houve redução da participação da renda do trabalho e aumento da parcela da renda dos proprietários na renda nacional.

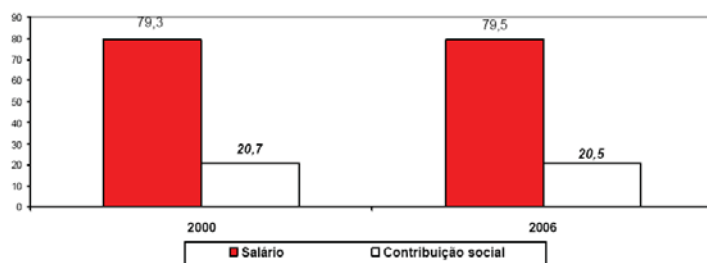
Desmembrando a renda do trabalho em setores, observa-se a partir do gráfico 3.16 que houve avanço das empresas não financeiras, da administração pública e das

instituições sem fins lucrativos, enquanto que houve queda da participação das empresas financeiras e das famílias na renda do trabalho.

Entre 2000 e 2006 o peso relativo dos salários aumentou comparado às contribuições sociais. As contribuições sociais cresceram 1,2% na renda do trabalho entre 2000 e 2004 enquanto que as remunerações dos trabalhadores caíram 4,1%. Esta contraposição também ocorreu entre 2004 e 2006, quando a remuneração dos trabalhadores aumentou 5,5% e o peso das contribuições caiu 1,2%.

GRÁFICO 3.17

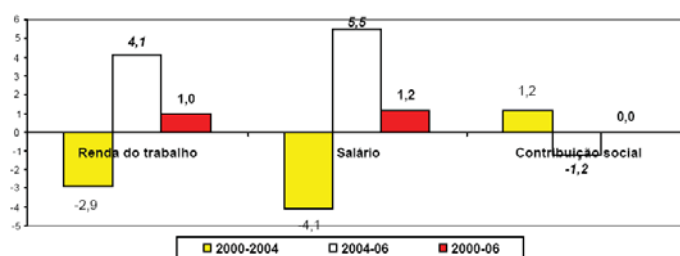
Brasil: evolução da composição da renda do trabalho em 2000 e 2006 (em %).



Fonte: IBGE/SCN, com elaboração do IPEA (2008:8).

GRÁFICO 3.18

Brasil: evolução da composição da parcela do trabalho na renda nacional entre 2000 e 2006 (em %).



Fonte: IBGE/SCN, com elaboração do IPEA (2008:9).

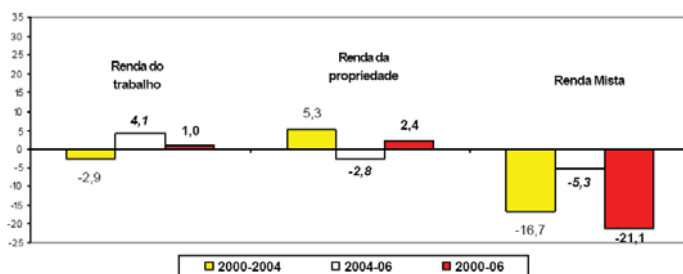
A taxa de ocupação da população brasileira de 2000 a 2004 cresceu 1,1% chegando a 56,3%, mas o rendimento médio dos trabalhadores se reduziu de R\$ 940

para R\$ 831, já de 2004 a 2006 a taxa de ocupação cresceu mais 1,2% representando 57% da população com 10 anos e mais de idade e o rendimento médio subiu de R\$ 831 para R\$ 932.

A população dependente da renda mista, que representa o trabalho autônomo ou o recebimento de aluguel, por exemplo, acumulou uma perda na participação da renda nacional de 21,1% entre os anos de 2000 a 2006, ao contrário das rendas do trabalho e da propriedade que apresentaram aumento na participação da renda nacional. Após 2004, somente os trabalhadores aumentaram sua participação relativa na renda nacional.

GRÁFICO 3.19

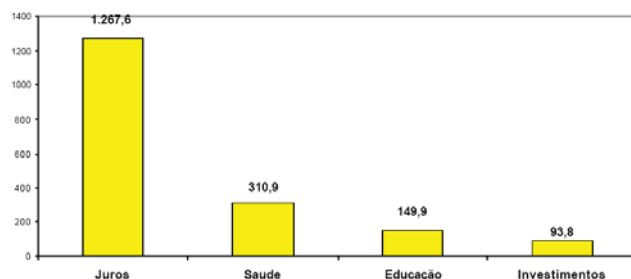
Brasil: evolução dos componentes da renda nacional entre 2000 e 2006 (em %).



Fonte: IBGE/SCN, com elaboração do IPEA (2008:9).

GRÁFICO 3.20

Brasil: gastos acumulados com juros, saúde, educação e investimentos da União entre 2000 e 2007 (em %).¹²



Fonte: SIF/STN, BACEN e IPEA – Disoc, com elaboração do IPEA (2008:10).

¹² Deflator implícito do PIB.

Analisando o gasto público, verifica-se que o pagamento dos juros com endividamento público representou em média 7% do PIB, sendo considerado improdutivo por não gerar empregos e não estimula o melhor rendimento dos trabalhadores, pelo contrário, favorece a retenção de renda pelos proprietários. Enquanto que os gastos com saúde, educação e investimentos juntos corresponderam a 54% do total da renda nacional, sendo 43,8% do volume gasto com juros.

Os recursos destinados à Assistência Social vêm crescendo constantemente, de 2001 a 2004 aumentaram mais de 90%, de R\$ 8.506 bilhões para R\$ 16.237, o orçamento social do Governo também teve um aumento de R\$ 190,3 bilhões para R\$ 280, 7 bilhões, correspondente a 16% do PIB.

Dos gastos com Assistência Social o programa Bolsa Família foi o que apresentou maior crescimento de 13,5% para 29,4% passando de R\$ 1.531 milhões em 2001 para R\$ 5.799 milhões em 2004. Em relação ao Gasto Social Direto o benefício aumentou de 1% para 2,3% no mesmo período.

TABELA 3.8

Brasil: domicílios particulares que receberam dinheiro de programa social em 2006.¹³

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Recebimento de R\$ de programa social*	18,33%	24,60%	35,92%	10,30%	10,37%	17,96%
Bolsa Família	81,08%	78,90%	87,07%	79,43%	77,16%	53,04%
Benefício de Prestação Continuada	12,10%	15,29%	10,90%	12,17%	11,29%	17,04%
Progr. de Erradicação do Trab. Infantil	2,66%	3,38%	2,91%	1,04%	3,77%	4,38%
Outro Programa Social	12,01%	12,53%	6,94%	14,19%	13,22%	37,32%

Fonte: IBGE 2008. * Em relação o total de domicílios do país.

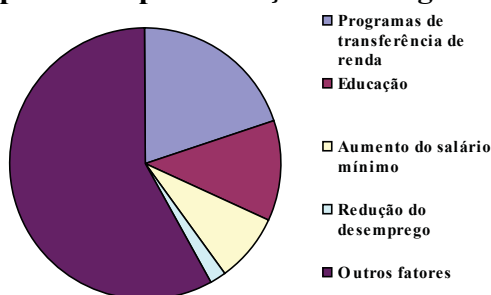
De acordo com IBGE (2008) em 2006 10 milhões de domicílios brasileiros receberam recursos de programas sociais do governo, representando 18,33% do total de domicílios, sendo que em 2004 esse percentual era de 15,6%. Dos domicílios que receberam algum tipo de benefício, 81,08% foram provenientes do Bolsa Família, do total de beneficiários a maior parte (35,92%) foi destinada ao Nordeste e as regiões Sudeste e Sul foram as que menos receberam esses benefícios (10,30% e 10,37%).

¹³ Em um mesmo domicílio pode haver recebimento de benefício de mais de um programa social de transferência de renda do governo.

Segundo BARROS, CARVALHO e FRANCO (2010), 20 % da redução da desigualdade se deve aos programas de transferência de renda e 12% à redução de desigualdade pela educação, 8% proveniente do aumento do salário mínimo que por consequência elevou as aposentadorias e 2% devido à redução do desemprego, totalizando assim 42%, o restante viria de fatores não identificados.

GRÁFICO 3.21

Fatores responsáveis pela redução da desigualdade no Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir de BARROS, CARVALHO e FRANCO (2010).

O papel da desinflação dos últimos anos também foi fator importante para a redução das desigualdades, pois os grupos de menor renda sempre foram os mais afetados pelos aumentos dos preços. Manter a inflação baixa e sem grandes alterações para que o poder de compra dos trabalhadores seja mantido.

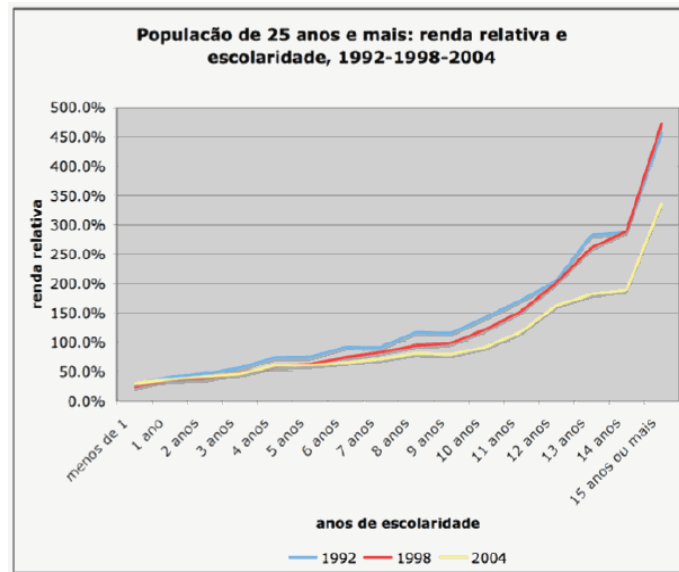
A partir de 2003 a desinflação foi acompanhada de queda da vulnerabilidade dos preços, o que representou uma proteção dos rendimentos principalmente entre os anos de 2004 a 2006. Em 2002 um surto inflacionário e o conseqüente desaquecimento da economia como medida para redução deste afetou os rendimentos de 2003. Houve recuperação em 2004 e 2005, principalmente com relação ao rendimento dos 20% mais pobres que apresentou crescimento real de 10% ao ano, o que comprova os efeitos positivos da redução da inflação.

Outros autores também consideram o comportamento do mercado de trabalho um componente importante para a diminuição da desigualdade por se tratar de um fator diretamente ligado ao aumento de renda das famílias, o que conseqüentemente leva à diminuição da pobreza e da indigência, apesar da renda familiar do trabalho ter decrescido após a melhora nos anos do Plano Real.

O maior acesso da população à educação pode não ter levado a um aumento da renda dos trabalhadores como mostra o gráfico 3.22, mas ajudou a diminuir os diferenciais de rendimento no mercado de trabalho

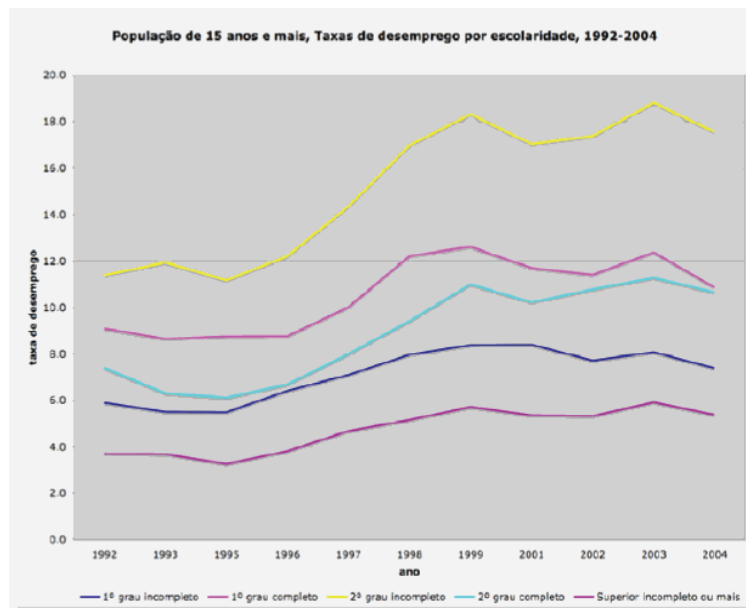
GRÁFICO 3.22

Renda de todos os trabalhos, em relação à renda média de cada ano (media = 100).



Fonte: PNAD 1992, 1998, 2004, com elaboração de SCHWARTZMAN (2006:8).

GRÁFICO 3.23



Fonte: PNAD 1992-2004, elaboração do IETS. SCHWARZTMAN (2006:9).

A taxa de desemprego é menor entre as pessoas que possuem ensino superior, os anos de estudo são importantes para garantir um emprego mais estável, apesar da segunda menor taxa de desemprego estar entre a população com apenas o primeiro grau completo. Segundo SCHWARTZMAN (2006: 8):

Hoje, mais do que no passado, o mercado rejeita as pessoas que não concluíram o ensino médio, que têm os níveis mais altos de desemprego, desde o final dos anos 90; e, ao mesmo tempo, paga menos aos empregados mais educados. Em 1992, bastavam, 7 a 8 anos de educação para obter uma renda correspondente à média do país. Em 1998, eram necessários 9 anos; e, em 2004, mais de 10 anos.

CONCLUSÃO

A desigualdade de distribuição de renda no Brasil vem se arrastando por décadas, fruto de vários fatores, entre os quais estão as políticas econômicas mal sucedidas e a inflação que por muitas vezes reduziu o poder de compra principalmente das camadas mais pobres da população.

A mensuração da desigualdade se tornou mais precisa nos anos 60 por meio dos dados do Censo Demográfico Brasileiro, o que revelou um aumento da concentração de renda nesta década. Na década de 70 o índice de Gini permaneceu praticamente inalterado, demonstrando uma estabilidade que foi quebrada na década de 80. De 1980 a 1990 o país sofreu com instabilidade econômica, mudanças institucionais, altas taxas de inflação e aumento do déficit público, desencadeando assim uma crise gerada principalmente pelo endividamento externo, e que se refletiu na desigualdade do país que chegou a um dos patamares mais altos.

Na década de 90 o debate sobre a desigualdade voltou com mais força e algumas causas foram apontadas como responsáveis pela variação dos rendimentos, entre elas a segmentação no mercado, a discriminação e a heterogeneidade dos trabalhadores. A educação também foi colocada como um ponto importante, já que a renda pode variar de acordo com o grau de formação dos trabalhadores e os programas de transferência de renda do Governo Federal se destacaram como um fator mais recente, mas de grande influência sobre a desigualdade de renda.

Focando nos anos 90 até a primeira década do século XXI com base nas análises essencialmente dos dados das PNADs e do IBGE notou-se que tanto a desigualdade como a pobreza vem se reduzindo ao longo do tempo e de forma mais acentuada nos últimos anos. A desigualdade de renda caiu de forma mais expressiva entre 2001 e 2005, chegando ao menor grau dos últimos 30 anos. O coeficiente de Gini foi reduzido em 4,6%, passando de 0,594 em 2001 para 0,566 em 2005, considerado um resultado expressivo, já que apenas $\frac{1}{4}$ dos 74 países com dados disponíveis tiveram resultado melhor. Os dados são estatisticamente significativos e independem da forma de avaliação.

A redução da desigualdade de renda e da pobreza se consolidou e o perfil das famílias se modificou, na última década o rendimento médio mensal dos 10% mais

pobres claramente aumentou, esta faixa da população passou a ter mais acesso a bens de consumo antes inacessíveis como aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos mais modernos, o que também pode ser relacionado ao aumento do crédito direcionado principalmente para população de baixa renda.

Entre os fatores apontados como responsáveis pela redução da pobreza e da desigualdade de renda nos últimos anos estão: em menor proporção a redução do desemprego; o aumento do salário mínimo; o maior acesso à educação, que embora não tenha aumentado a renda, reduziu os diferenciais de rendimento dos trabalhadores e o maior peso foi dado aos programas de transferência de renda do Governo Federal como o Bolsa Família que contribuiu para a melhoria das condições de vida da população de baixa renda através do complemento da renda familiar e de condicionalidades como a frequência escolar obrigatória e cuidados com a saúde principalmente das crianças, se tornou um fator de destaque pelo grande alcance do público alvo dos programas e pelo investimento constante e crescente. A maior parte dos fatores não foi identificada, mas pode-se supor que correspondam ao crescimento econômico do país e à manutenção de uma taxa baixa de inflação, entre outros.

Apesar da evidente melhora o Brasil ainda se encontra entre os países com maior desigualdade de renda no mundo, nos últimos anos conseguiu ultrapassar apenas 5 % dos países no ranking mundial de desigualdade, ainda serão necessários alguns anos para que o país consiga atingir o mesmo grau de distribuição de outros países com o mesmo nível de desenvolvimento. Para que a população brasileira possa ter as taxas de desigualdade ainda mais reduzidas, as transferências de renda têm que ser consideradas apenas parte de um conjunto de medidas de combate à pobreza tais como o total acesso a serviços básicos e à educação de qualidade, para que se possa garantir a inserção contínua dos trabalhadores no mercado de trabalho com rendimentos correspondentes às suas necessidades, já que a renda do trabalho é a principal fonte de renda das famílias.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Roberto R. “*Brasil: descentralização fiscal e avanço das políticas sociais*” XV Seminário Regional de Política Social, Santiago de Chile, seção 6, 29/01/2003.

BARROS, Roberto Paes de, CARVALHO, Mirela de e FRANCO, Samuel “*Brasil está menos desigual*” *Jornal da Ciência*, jan. 2006, disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=34909>, acesso em 22/05/10.

BARROS, Ricardo Paes de, CARVALHO, Mirela de, FRANCO, Samuel e MENDONÇA, Rosane “*A queda recente da desigualdade de renda no Brasil*” IPEA – Textos para discussão n. 1258, Rio de Janeiro, jan. 2007.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane “*A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*”, disponível em: www.ipea.gov.br, acesso em: 20/10/09.

BARROS, Ricardo Paes de e MENDONÇA, Rosane “*O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza*” IPEA - Textos para discussão n. 528, Rio de Janeiro, nov. 1997.

BRASIL, Governo Federal “*Principais ações implementadas pelo Fome Zero*” Expo Fome Zero, São Paulo, 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina “*Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade*” in: Pinho D. & Vasconcelos, M. A. S., *Manual de Economia*, São Paulo, Editora Saraiva, p. 406-422, 2002.

CACCIAMALI, Maria C. e CAMILLO, Vladimir S. “*Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório?*” *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 287-315, ago. 2009.

COHN, Amélia “*Políticas sociais e pobreza no Brasil*” *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 12, jun/dez 1995.

EUZÉBIO, Gilson L. “*Ipea: Pensando no futuro do Brasil*” *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, ano 6, n. 54, p. 18-25, set/out 2009.

_____, “*Muitos avanços, mas ainda é pouco*” *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, ano 6, n. 54, p. 64-69, set/out 2009.

FELÍCIO, Fabiana de e FERNANDES, Reynaldo “*Impacto dos programas oficiais de transferência de renda sobre a pobreza nas unidades da federação brasileira*” Caderno de Finanças Públicas, Brasília, n. 6, p. 61-81, maio 2005.

FERREIRA, Francisco H. G. “*Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional*” Departamento de Economia PUC-Rio, Texto para discussão n. 415, fev. 2000.

FERREIRA, Sergio G. e VELOSO, Fernando A. “*A Escassez de Educação*” In: Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004), Rio de Janeiro, Ed. Campus/Elsevier, 2004, pp. 378-399.

FURTADO, Celso “*A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro*” In: Análise do “Modelo” Brasileiro, cap. 2, Ed. Civilização Brasileira, 3 edição, Rio de Janeiro, 1972.

FURTUOSO, Maria Cristina O., OMETTO, Ana Maria H. e SILVA, Marina Vieira da “*Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população*” Revista Saúde Pública, vol. 29, n. 5, São Paulo, out. 1995.

GANDRA, Rodrigo Mendes “*O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90*” Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Economia, Textos para Discussão, 10/01/04.

HOFFMANN, Rodolfo “*A distribuição de renda no Brasil no período 1992-2001*” Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2(19), p. 213-235, jul./dez. 2002.

HOFFMANN, Rodolfo “*Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita*” Revista Economia e Sociedade, Campinas, v.18, n.1 (35), p. 213-231, abr. 2009.

IPEA “*Distribuição funcional de renda no Brasil: situação recente*” Comunicado da Presidência, n. 14, 12/11/08.

KASSOUF, Ana Lúcia, NUNES de ALMEIDA, Alexandre, PONTILLI, Rosângela Maria e RODRIGUES, Ferro Andrea “*Análise das políticas e dos programas sociais no Brasil*” Brasília, OIT – Programa IPEC América do Sul, 2004.

LACERDA, Antônio Corrêa de “*Distribuição de renda do Brasil nos anos 80*” Revista de Economia Política, vol. 13, n. 3 (55), jul/dez 1994.

MESQUITA, Camile Sabb “*Contradições do processo de implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família 2003-2006*” Revista do Serviço Público, Brasília, vol. 57, n. 4, p. 465-487, out/dez 2006.

NIELSEN, Annie “*Não é um diploma que tira uma pessoa da miséria*” Revista Desafios do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, ano 7, n. 57, p.15-21, out/jan 2009.

PRADO, Antônio “*A queda da desigualdade e da pobreza no Brasil*” BNDES – Visão do Desenvolvimento, n. 14, 28/09/06.

RAMOS, Lauro e MENDONÇA, Rosane “*Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil*” In: Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004), Rio de Janeiro, Ed. Campus/Elsevier, 2004, pp. 355-377.

RIBEIRO, Carlos A. C. “*Um panorama das Desigualdades na América Latina*” Análise de Conjuntura OPISA, n. 6, jun. 2006.

RIBEIRO, Cláudio O. e MENEZES, Roberto G. “*Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen*” Revista Textos & Contextos Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 42-55, jan/jun 2008.

SANT’ANA, Sarah Mailleux “*A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do Programa Bolsa Família*” Revista do Serviço Público, Brasília, vol. 58, n. 1, p. 05-35, jan/mar 2007.

SOARES, Sergei Soarez Dillon “*Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*” IPEA – Textos para discussão n. 1166, Brasília, fev. 2006.

SOUZA, Jorge Luiz de “*É absolutamente prioritário redistribuir a renda*” Revista Desafios do Desenvolvimento, Campinas, ano 7, n. 57, p. 89-95, out/jan 2009.

SOUZA, Jorge Luiz de “*O papel do Estado é igualar*” Revista Desafios do Desenvolvimento, São Paulo, ano 7, n. 57, p. 112-119, out/jan 2009.

SOUZA, Jorge Luiz de “*Políticas sociais melhoram a distribuição de renda*” Revista Desafios do Desenvolvimento, São Paulo, ano 7, n. 57, p. 129-135, out/jan 2009.

SOUZA, Raphael “*Democracia e distribuição de renda só com educação*” Revista Desafios do Desenvolvimento, Brasília, ano 7, n. 57, p. 57-63, out/jan 2009.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo “*Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil*” *Econômica*, vol. 4, n. 1, p. 95-115, jun. 2002, impresso em 2003.

SCHWARTZMAN, Simon “*Redução da desigualdade, da pobreza e os programas de transferência de renda*” IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Versão 3, fev. 2006.